



UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA
MICHELLI GARCIA SANTOS

CASANDO COM A VIOLÊNCIA – MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA
NO CENÁRIO CONJUGAL

Palhoça
2009

MICHELLI GARCIA SANTOS

**CASANDO COM A VIOLÊNCIA – MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA
NO CENÁRIO CONJUGAL**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de
Psicologia da Universidade do Sul de Santa Catarina
como requisito à obtenção do título de Psicóloga.

Orientadora: Prof^ª. Regina Ingrid Bragagnolo. Msc.

Palhoça

2009

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por ter permitido que eu chegasse até aqui, concretizando este sonho.

Aos meus pais Edna e Luiz que tanto amo, por todo o apoio e incentivo e com quem pude sempre contar nesses anos todos de caminhada.

Aos meus queridos irmãos Giselli e Júnior que puderam compartilhar momentos de alegrias e tristezas ao meu lado durante a execução deste trabalho e por disponibilizarem por vezes o computador só para mim.

A meu querido tio André Luiz que é motivo de orgulho de toda a família, a quem me espelho e devo muito por toda a força, carinho e incentivo durante este trajeto.

Ao meu namorado Everton por aturar meus momentos de mau humor sempre me dando uma palavra de conforto.

As minhas queridas companheiras de faculdade, Flávia e Priscila pessoas que nesses últimos semestres estiveram muito próximas, passamos por momentos de ansiedade e angústia durante a construção dos nossos trabalhos, mas sempre com o pensamento positivo que no final tudo daria certo.

A minha verdadeira amiga Carla, com quem convivi dentro e fora da Universidade durante todos esses anos, onde os momentos de alegrias e tristezas oscilavam, mas sempre tivemos o ombro amigo uma da outra, o que tornou essa trajetória mais fácil.

A minha querida orientadora Regina que com todo o seu conhecimento me ajudou a persistir e concretizar este grande sonho.

A professora Deise por toda a contribuição, conhecimento e amizade, que em horas de desespero quando pensei em desistir me incentivava para continuar.

A querida Saily, que admiro enquanto profissional, obrigada pelas “críticas”, todas elas me ajudaram muito a crescer e a conseguir finalizar este projeto.

A professora Simone com quem compartilhei momentos agradáveis neste último ano de graduação.

A professora Zuleica, que apesar do pouco contato pode fazer parte da finalização deste trabalho, obrigada pelas contribuições.

A todos os professores, principalmente os que estiveram mais próximos nestes últimos anos, é por vocês que estou aqui.

A minha querida tia Adriana (*in memoriam*), amiga e companheira, que sempre me incentivou para a realização deste sonho, onde ela estiver tenho a certeza que estará feliz e orgulhosa por mais uma conquista.

Por fim, a todos aqueles que de uma forma ou de outra estiveram presentes durante a realização deste sonho.

Obrigada!!!

A cada dia que vivo, mais me convenço de que o desperdício da vida está no amor que não damos, nas forças que não usamos, na prudência egoísta que nada arrisca e que, esquivando - se do sofrimento, perdemos também a felicidade.

A dor é inevitável,

O sofrimento é opcional. (Carlos Drummond de Andrade)

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo, descrever a concepção de violência e conjugalidade para mulheres que viveram situações de violência conjugal. A violência na relação conjugal está presente nos discursos de muitas mulheres, aparecendo vinculada a um sofrimento social. Foram utilizados como principais autores para discutir este tema: Gregori (1993), Saffioti; Almeida (2003), Soares (1999), Souza (2007), Suarez; Bandeira (1999) e Zanella (1997). A pesquisa classifica-se como descritiva e qualitativa, valendo-se da entrevista semi-estruturada como técnica de coleta de dados. Foram realizadas três entrevistas, com três mulheres que viveram situação de violência conjugal, duas eram usuárias do serviço da Vara Criminal e uma usuária do serviço de mediação familiar do Fórum de São José, e estavam em situação de separação conjugal. Os dados coletados foram categorizados e analisados a partir da análise de conteúdo. Nos resultados observou-se que todas as participantes acreditavam numa possível mudança quanto ao comportamento de seus companheiros, ou seja, existia uma crença na mudança do comportamento violento por parte de seus companheiros. Todas as três entrevistadas relataram que os companheiros eram alcoolistas. Duas entre as três relataram o uso da droga também como fator desencadeante da violência. Foi possível perceber que as três entrevistadas denunciaram seus companheiros realizando o Boletim de Ocorrência, sendo que duas das três entrevistadas deram continuidade no processo judicial, aberto junto a Vara Criminal e uma delas arquivou o processo dando o assunto como encerrado.

Palavras-chave: Violência. Gênero. Conjugalidade.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Cenário da violência	42
Tabela 2: Caracterização da violência conjugal	48
Tabela 3: Identificação do significado de relação conjugal	54

LISTA DE FIGURAS

Quadro 1: Cenário da violência	38
Quadro 2: Caracterização da violência conjugal	38
Quadro 3: Identificação do significado de relação conjugal	39
Quadro 4: Apresentação dos sujeitos participantes	40

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
1.1 PROBLEMÁTICA.....	10
1.2 OBJETIVOS.....	15
1.2.1 Objetivo geral	15
1.2.2 Objetivos específicos	15
1.3 JUSTIFICATIVA	16
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	21
2.1 VIOLÊNCIA.....	21
2.2 GÊNERO	24
2.3 CASAMENTO E CONJUGALIDADE.....	29
3 MÉTODO	34
3.1 TIPO DE PESQUISA.....	34
3.2 PARTICIPANTES OU FONTES DE INFORMAÇÃO.....	34
3.3 EQUIPAMENTOS E MATERIAIS	35
3.4 SITUAÇÃO E AMBIENTE.....	35
3.5 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS	36
3.6 PROCEDIMENTOS	36
3.6.1 De seleção dos participantes ou fontes de informação	36
3.6.2 De contato com os participantes	36
3.6.3 De coleta e registro dos dados	37
3.6.4 De organização, tratamento e análise dos dados	37
4 ANÁLISE DOS DADOS	40
4.1 CARACTERIZAÇÃO DO CENÁRIO DA VIOLÊNCIA CONJUGAL.....	41
4.2 CARACTERIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA CONJUGAL NA PERSPECTIVA DE MULHERES PERPETUADA POR SEU CÔNJUGE	47
4.3 IDENTIFICAÇÃO DO SIGNIFICADO DE RELAÇÃO CONJUGAL PARA MULHERES QUE VIVEM EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA.....	53
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	62
REFERÊNCIAS	65
APÊNDICES	70
APÊNDICE A – Roteiro de Entrevista Semi - Estruturada	71

APÊNDICE B - Categorização para objetivo específico 1 - Caracterizar o cenário da violência na relação conjugal.....	73
APÊNDICE C - Categorização para objetivo específico 2 - Caracterizar a violência conjugal na perspectiva das mulheres perpetuada por seu cônjuge	75
APÊNDICE D - Categorização para objetivo 3 - Identificar o significado de relação conjugal para mulheres que vivem em situação de violência	77
ANEXO	80
ANEXO A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	81
ANEXO B - Projeto de Mediação Familiar – Fórum de São José	83

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa realizada encontra-se integrada ao projeto de mediação familiar do Fórum de São José que é vinculado ao estágio do núcleo da saúde. Teve por objetivo descrever a concepção de violência e conjugalidade para mulheres que viveram situações de violência conjugal. Em vista disso, foram estudados conceitos e temas relacionados à temática da violência. Esta pesquisa se configurou com base nos seguintes tópicos: problemática, objetivos (geral e específicos), fundamentação teórica, método, análise de dados, apêndices e anexo. A fundamentação teórica foi dividida em três capítulos. O primeiro capítulo apresenta o tema da violência no seu sentido mais amplo e detalhado, no segundo capítulo o conceito de gênero e suas atribuições e por último capítulo, o tema versa sobre casamento e conjugalidade. No método constaram todos os procedimentos que foram feitos para a realização da pesquisa.

Para poder identificar a concepção de violência e conjugalidade para mulheres que viveram situações de violência conjugal, foi realizada uma pesquisa descritiva, com a finalidade de alcançar os objetivos propostos. Para a realização da coleta de dados foi feita uma entrevista semi-estruturada com três mulheres vítimas de violência conjugal. Todas as entrevistas foram realizadas no Fórum da Cidade de São José. Os dados coletados foram apresentados por quadros e divididos em categorias e subcategorias.

1.1 PROBLEMÁTICA

Em uma entrevista apresentada no dia 20/07/2008 ao programa Domingão do Faustão (canal aberto de televisão com forte influência na mídia brasileira), um psicólogo afirmou que o motivo alegado para a permanência de mulheres vítimas de violência na relação conjugal deve-se ao fato de elas não enquadrarem o agressor ao ato da violência, ou seja, refere-se ao fato de elas não relacionarem o agressor à violência. Muitas enxergam neles características positivas, acham que eles podem mudar (buscando ajuda muitas vezes para eles). Outro motivo para não denunciarem ou procurarem ajuda, seria a dependência financeira e emocional, ou ainda por não quererem separar os filhos do pai. Essas e outras questões afirmadas por este psicólogo merecem alguns questionamentos. Será que todas as

relações se configuram desta forma? Todas as mulheres afirmam realmente isto? Onde entra a lei Maria da Penha?

Essa entrevista data uma diferença de dois anos desde a homologação da Lei Maria da Penha. Para tanto, essas questões deixam dúvidas no que se refere a esses fatos. Ou seja, durante um tempo de quase dois anos após a homologação da lei, o caráter da afirmação apresentada por este psicólogo parece não acrescentar a contribuição da lei Maria da Penha que surgiu em favor dessas mulheres. Esse é um ponto a ser pensado e questionado. Será que os dados e relatos de vítimas relacionadas com a temática da violência não sofreram mudanças com a homologação da lei? As falas das vítimas permanecem iguais? A entrevista apresentada no programa descrito acima veio como se fosse verdade única, ou seja, como se todos os casos, todos os relatos se configurasse da mesma forma. A questão fundamental é que não dá para generalizar todo o assunto em vista de alguns casos.

De acordo com Zanella et al. (1997) a violência ocorre em diferentes lugares e em diferentes culturas. O problema da violência está presente no cotidiano das relações de homens e mulheres no Brasil e pode ser considerado um problema de alta urgência cristalizado no tecido social brasileiro. Devemos compreender a violência a partir do contexto social, pois, é nele que estão estruturadas as relações de gênero e poder.

Homem e mulher recebem diferentes orientações no seu desenvolvimento psicossocial, passando por experiências distintas no que se refere à divisão de poder. O homem aprende através da socialização que possui poder sobre a mulher. Isso se manifesta e/ou aparece tanto em nível pessoal, como laboral, econômico e social. (ZANELLA, et al., 1997).

As mulheres apresentam dificuldades para exercerem sua autonomia, ou seja, para terem acesso as diferentes camadas ou esferas da sociedade. Já os homens têm um controle social facilitado com relação à conduta das mulheres. A educação do gênero feminino na maior parte das sociedades provoca na mulher um entendimento equivocado com relação aos objetivos e papéis a ela designados, como, por exemplo, o casamento que representa um dos fundamentais objetivos da vida de uma mulher. Devido a isso, as mulheres internalizam mitos e esteriótipos da cultura vigente com relação à família, assumindo assim a responsabilidade por tudo o que acontece dentro de seus relacionamentos, reforçando ainda mais o empenho para manter a relação, ainda que para isso precise sacrificar-se tornando a violência “invisível” (ZANELLA, et al., 1997).

A violência invisível é essencial para a constituição da família, estando exposta nos papéis instituídos à mulher com relação a sua condição de gênero. (DOROLA, 1989, p. 194-5 apud ZANELLA, et al., 1997).

Por isso, em situações de violência este controle se torna mais visível através da autoridade do homem, assim como da passividade e dependência da mulher. Muitas mulheres encontram dificuldades para adquirirem recursos sociais e econômicos devido ao seu despreparo. Isso as deixa ainda mais dependentes contribuindo assim para a manutenção da relação de violência. (ZANELLA et al., 1997).

Não obstante, de acordo com as teorias feministas, os referenciais que englobam assuntos relacionados com a temática da violência tanto no nível psicológico como no sociológico, na maioria das vezes, deixam de lado questões importantes como, por exemplo, a do poder. Para tanto, estas teorias tentam fazer relação com a compreensão psicológica do ser humano, com o conceito de sociedade patriarcal, com a idéia de divisão desigual do poder e com os entendimentos sobre padrões culturais que dão suporte as diferenças de gênero.

Contudo, a análise feminista evidencia que as mulheres sofrem graves conseqüências, pois, foram submetidas a situações de violência e os sintomas que elas apresentam são encarados como uma conseqüência e não como causa preliminar ou primordial. (ZANELLA, et al., 1997, p.288).

Muitas são as dificuldades e os desafios que marcam o pleno e satisfatório exercício das atribuições das mulheres na sociedade. Elas encontram inúmeras dificuldades e obstáculos, pois, socialmente demarcam diferenças entre homens e mulheres e essas geram desigualdades.

A atuação da mulher na sociedade requer reflexão de gênero no que concerne ao pleno acesso e igual valor, principalmente no reconhecimento aos direitos. De acordo com Scott (1995), a noção de gênero vem muitas vezes sendo confundida com a idéia de sexo feminino, quando na verdade surgiu para problematizar essa distinção. Sexo, indica uma diferença anatômica inscrita no corpo, gênero indica a construção social, material e simbólica. Como mostra a expressão descrita abaixo:

Gênero é essencialmente definido como uma interseção entre duas proposições: o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder. (SCOTT, 1995, p.14 apud SCHRAIBER, D'OLIVEIRA, 1999)

Assim, de acordo com Schraiber, e D'Oliveria (1999) masculino e feminino são

construtos sociais, o que se opõem à noção da essência dos comportamentos sociais atrelados as características sexuais, como por exemplo: o homem sempre poderoso e agressor e a mulher sempre desprotegida e vítima. Para tanto essa e outras questões que se atrelam ao sexo feminino como sendo o “fragilzinho” e o delicado, fazem da mulher a principal “presa” para o tão discutido e polêmico tema dos dias atuais: a violência.

Pode-se refletir por motivos históricos socialmente construídos da desigualdade da mulher em relação ao homem, o enfrentamento da questão de violência conjugal se mostra difícil. Muitas mulheres são vítimas de condutas que afetam a sua integridade sexual, física e psicológica, sendo a maior parte dessas ocorrências no recinto doméstico.

Muitos dos acontecimentos violentos, se não todos são antecipados por conflitos estabelecidos nos diferentes relacionamentos de gênero, que são relacionamentos que podem pôr em interação de conflito não apenas homem e mulher, mas também mulher e mulher ou homem e homem. A ligação entre o tema violência e gênero vem para estabelecer reflexões acerca do assunto, onde mulheres e homens saem da posição de vítimas e autores/as, e passam a estabelecer papéis como sujeitos que buscam, mediante a violência, firmar suas identidades masculinas ou femininas”. (SUÁREZ; BANDEIRA, 1999, p.16).

Os recentes estudos (DAY, et al., 2003) sobre comportamento violento demonstram que uma grande e significativa gama de atos desta natureza, acontecem dentro do ambiente doméstico (violência doméstica). A idéia do lar como local de proteção adquire uma perspectiva ameaçadora e sombria, facilitando a ocorrência de condutas violentas. O lar tem sido considerado como o espaço de poder e domínio feminino, porém é neste campo que se registram, em maior número, casos de agressões física, sexual, psicológica e moral contra mulheres. (GALINKIN, 2007).

É ainda no lar onde ocorre o maior número de assassinatos de mulheres. Estudos informam que 43% das brasileiras já sofreram alguma forma de agressão e, a cada 100 homicídios de mulheres, 70 decorrem da violência doméstica. Entre 40 a 70% dos homicídios femininos, que ocorrem em todo o mundo, são cometidos por parceiros íntimos. Alguns dados estatísticos confirmam a alta incidência de violência de homens contra as mulheres, sendo as mais recorrentes a sexual e a física. Os crimes mais denunciados em 267 Delegacias Especializadas no Atendimento a Mulheres (DEAMs), de um total de 326.693, 34,7%, são queixas de lesões corporais, 33,1% referem-se a ameaças, 9,9% a vias de fato. Os crimes contra a honra como injúria, difamação e calúnia corresponderam a 9,2% das denúncias. As queixas de estupro totalizaram 4.697 casos, ou seja, 1,4% do total. Em relação ao crime sexual, o número de queixas é relativamente baixo comparando-se às outras denúncias nas delegacias. (GALINKIN, 2007, p.17).

Entender um ato como violento depende, ainda, do envolvimento dos atores e do

contexto ideológico e social em que o ato é cometido, assim como o lugar e posição onde se encontram os sujeitos envolvidos. (GRUNDY & WEINSTEIN, 1976 apud GALINKIN, 2007, p.14).

Estendendo a violência em categorias, ou seja, desdobrando os tipos existentes, se faz uma tentativa de descobrir suas múltiplas faces e compreender sua complexidade (GALINKIN, 2007).

Estar na posição de vítima ou de agressor modifica a compreensão dos atores sobre atos violentos, que são sempre percebidos como praticados pelo outro. Dificilmente os agressores se identificam como tal, encontrando justificativas para seus atos de agressão e de violação dos direitos de outras pessoas. (ANCHIETA & GALINKIN, 2005 apud GALINKIN, 2007, p.14).

Além da contextualização do ato de violência, é importante definir o conceito de violência. “A violência transforma o sujeito em objeto, o coisifica para fins de dominação” (MARILENA CHAUI, 1984 apud GALINKIN, 2007, p.14). A coisificação da pessoa como foi descrita acima é dirigida às mulheres pelo fato de serem mulheres. Trata-se, deste modo, de uma violência de gênero, fundamentado nas diferenças sociais entre os sexos. (GALINKIN, 2007).

Historicamente no Brasil não havia a criminalização para violência doméstica, pois, a Lei 9099/95 previa que o agressor ou quem cometia o ato violento não fosse penalizado, visto que esse crime não tinha importância social, ou seja, a sua “punição” se dava através da distribuição de cestas básicas e de trabalhos voluntários e/ou sociais. Nesta esteira, o Brasil apresentou um Projeto de Lei, que posteriormente fora aprovado a Lei nº 11.340 de 7 de agosto de 2006 ou também conhecida como Lei Maria da Penha. O nome Lei Maria da Penha, adveio da biofarmacêutica Maria da Penha Maia que lutou durante 20 anos para ver seu agressor condenado. Ela virou símbolo contra a violência doméstica. Em 1983, o marido dela, o professor universitário Marco Antonio Herredia, tentou matá-la duas vezes. Na primeira vez, deu um tiro e ela ficou paraplégica. Na segunda, tentou eletrocutá-la. Na ocasião, ela tinha 38 anos e três filhas, entre 6 e 2 anos de idade.

A discussão dessa lei, referindo-se em seu artigo 1º cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher. “Esse artigo é anterior a lei, estando este presente nos termos do 8º da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher, da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher e de outros tratados internacionais ratificados pela República Federativa do Brasil. A Lei Maria da Penha ainda dispõe sobre a criação dos

Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; e estabelece medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

Será que um dos impactos da Lei Maria da Penha tem inibido o comportamento dos homens? Essas mulheres se sentem amparados pela Lei? Por quais motivos mulheres vítimas de violência permanecem na relação após a Lei Maria da Penha?

Essas e outras questões acerca da violência conjugal ainda não foram respondidas. Assim pretende-se descrever a concepção de violência e conjugalidade para mulheres que viveram situações de violência conjugal.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo geral

Descrever a concepção de violência e conjugalidade para mulheres que viveram situações de violência conjugal após a homologação da Lei Maria da Penha.

1.2.2 Objetivos específicos

- Caracterizar o cenário da violência na relação conjugal;
- Caracterizar a violência conjugal na perspectiva das mulheres perpetrada por seu cônjuge;
- Identificar o significado de relação conjugal para mulheres que vivem em situação de violência.

1.3 JUSTIFICATIVA

Como forma de reflexão acerca dos temas expostos anteriormente, viu-se a necessidade de relacionarmos o conceito de gênero com as políticas públicas de saúde. Sendo assim, serão temas para discussão: o conceito de violência no seu sentido ampliado, a violência contra a mulher como uma questão de saúde pública e a submissão da mulher em relação ao homem (referindo-se assim a uma questão de gênero).

É de suma importância falarmos a respeito do termo violência em seu sentido mais amplo. Este é um termo polissêmico que se refere desde as formas mais cruéis de tortura e assassinato em massa, até aspectos mais sutis, mas considerados esmagadores na vida das pessoas, como a falta de acesso às políticas públicas, a má distribuição de renda, certas normas culturais, a submissão por medo, entre outros. Nesta pesquisa nos atentaremos mais especificamente a violência praticada contra a mulher. Seja por motivo de medo, falta de credibilidade do sistema jurídico ou por repressão, muitas das vítimas não registram queixas junto às autoridades policiais, constituindo um problema de saúde pública e uma das causas mais salientes da morbidade e mortalidade feminina. (BORGES, 2008).

A palavra gênero vem para dar subsídio a uma questão já existente, no que se refere a ser homem ou mulher, onde emprega uma constante relação entre esses dois pólos da humanidade, ambos sendo definidos como complementares. Não obstante é impossível se entender um dos sexos sem levar em consideração a relação que se estabelece com o outro. Sendo, portanto, tudo o que se refere a uma informação sobre mulheres também assim se remete ao homem. Contudo, não se pode levar em conta as explicações biológicas que se remetem as mulheres como sendo vítimas de diversas formas de subordinação, ficando iguais os papéis, ou seja, tanto o homem quanto a mulher começam a serem vistos como produtos absolutamente sociais.

O termo gênero torna-se uma forma de indicar construções culturais – a criação inteiramente social de idéias sobre papéis adequados aos homens e às mulheres. (SCOTT, 1995, p.6 apud BANDEIRA, FUINI, 2008). Para tanto, a categoria gênero corrobora para um conjunto de crenças valores e normas e/ou costumes por meio das quais, a diferença biológica entre homens e mulheres é construída de acordo ou no decorrer de cada cultura simbolicamente significada e representada. (BANDEIRA, FUINI, 2008).

Para as mesmas autoras, as políticas públicas em saúde com base na perspectiva de gênero vêm para compreender melhor a realidade de homens e de mulheres, meninas e

meninos, cujas vidas podem ser modificadas por certas especificidades corporais, materiais e simbólicas que lhes dizem respeito. Nesse sentido, essa pesquisa se faz presente para contribuir, levantar indagações e questionamentos no que se refere às políticas públicas, pensando em formas de prevenção e amparo a vítimas como essas mulheres.

A saúde deve também contemplar uma forma de acolhimento a essas mulheres, principalmente para atuar nos casos de maus tratos, que por muitas vezes não são identificados de imediato como violência. Para alguns autores a violência é percebida da seguinte forma: Santos (1997) fala da importância da análise do efeito de condições psicopatológicas de pessoas, mas percebe como relevante ater-se às condições sociais, ou seja, “existe uma discriminação social da mulher como merecedora de menos respeito. Daí a importância de estudos que enfoquem esse aspecto do problema, para uma melhor compreensão acerca dessa dinâmica”. (SANTOS, 1997, p.10). A violência exercida sobre o sexo feminino é conforme Perruci citado por Santos:

[...] produto, antes de tudo, da dominação que sobre ela exerce o homem (...) existe, em maior ou menor escala, em todas as partes do mundo, mesmo nos países onde se prega uma filosofia social de absoluta igualdade sexual na repartição das tarefas sociais. (SANTOS, 1997, p.09).

Santos (1997, p.10) ainda acrescenta que: “em países onde a ideologia machista impera como no Brasil, a desigualdade na valorização dos sexos coloca a mulher como um ser em geral subalterno, desprestigiado, submisso, passivo, na maioria de suas relações e no modo como são (ou não) respeitadas”.

Para Cavenaghi et al. (2008), a violência vem sendo considerada uma das causas mais importantes de mortalidade no Brasil e no mundo e pode assumir diversas formas. Esses mesmos autores trazem alguns dados importantes como o do Ministério da Saúde do ano de 2005 onde diz que a violência representa a terceira causa de óbito na população geral brasileira, após doenças do aparelho circulatório e neoplasias, ocasionando gastos e prejuízos no que se refere à emergência, procedimentos e assistência à população.

De acordo com a classificação da Organização Mundial da Saúde (OMS, 2002), ela pode ser agrupada em três categorias gerais: violência auto-infligidas, violência interpessoal e violência coletiva. A violência de gênero se apresenta como uma das formas de violência interpessoal. Conceitualmente, pode-se dizer que é um padrão específico de violência fundada na hierarquia e desigualdade de lugares sociais sexuais que subalternizam o gênero feminino e se amplia e re-atualiza na proporção direta em que o poder masculino é ameaçado. (SAFFIOTI e ALMEIDA, 1995 apud CAVENAGHI, et al., 2008, p.1).

A violência se expressa no cotidiano e/ou na vida das pessoas e reflete nas relações sociais. Muitas vezes, parte do homem contra a mulher e, está diretamente relacionada aos preconceitos raciais, religiosos, de idade ou qualquer forma de impor à mulher a submissão em relação ao homem, o que destaca assim, a desigualdade entre os sexos através de um modelo patriarcal e de um autoritarismo masculino ainda imposto pela sociedade (CAVENAGHI, et al., 2008). Segundo os mesmos autores, uma pesquisa da Fundação Perseu Abramo de 2004 relata, que aproximadamente um quinto das mulheres brasileiras já declarou ter sofrido algum tipo de violência física cometida por um homem. Se configura como a forma prevalente (16%) nos casos de violência conjugal.

Adicionalmente, de acordo com a pesquisa do Instituto Patrícia Galvão de 2006, conduzida pelo Ibope com 2.002 entrevistas cobrindo todos os estados brasileiros, a violência contra a mulher é considerada como um dos problemas de maior gravidade dentre uma lista de assuntos discutidos nos últimos tempos: “33% apontam a violência contra as mulheres dentro e fora de casa como o problema que mais preocupa a brasileira na atualidade. Sendo que 51% dos entrevistados declaram conhecer ao menos uma mulher que é ou foi agredida por seu companheiro.” (INSTITUTO PATRÍCIA GLAVÃO, 2006 apud CAVENAGHI et al., 2008 p.1).

Analisando alguns dados de serviços de saúde, Pazo e Aguiar (2008), citando Minayo (2006), afirmam que pelo menos 35% das queixas de mulheres estão associadas à violência conjugal. A violência mais comum que as mulheres sofrem não resulta em homicídio (nem compõe as estatísticas de mortalidade), mas corresponde a lesões e traumas conseqüentes das interações conjugais conflitadas no cotidiano. No enfrentamento da violência como sendo um problema de saúde pública, é indispensável desenvolver uma compreensão que leve em conta “os sentidos da violência”, ou seja, não basta situar dados estatísticos a respeito de mortos, feridos, vítimas e agressores. (MINAYO, 2006, apud PAZO, AGUIAR, 2008, p.1).

Para tanto se faz necessário investimentos no que se refere à prevenção de questões que tratem da saúde e segurança da mulher, pois, de acordo com os dados levantados pela Organização Mundial de Saúde (OMS), algumas mulheres sofrem de outras doenças que podem estar relacionadas à questão da violência como, por exemplo, a depressão, tentativa de suicídio, distúrbios gastrointestinais, maior dificuldade de se protegerem das doenças sexualmente transmissíveis (inclusive HIV/AIDS) e também de usarem regularmente métodos contraceptivos. (PAZO e AGUIAR, 2008).

A violência psicológica, que é um dos tipos de violência praticada contra a mulher, muitas vezes não é levada em consideração pelas pessoas, por não ser uma forma de

violência visível, ou seja, que se possa provar que a vítima tenha sofrido tal ato. Portanto, se vê a necessidade de mudança no que concerne às políticas públicas.

Tanto o movimento feminista da década de 70 quanto à lei 11.340/2006 vieram para abordar e acolher temáticas favoráveis à saúde da mulher, entendendo a saúde de forma integrada, ou seja, vendo o sujeito como um ser bio-psico-social. Inúmeras pesquisas referente à temática da violência existem, porém, nenhuma delas enfatizando a questão do não reconhecimento da violência psicológica por parte de algumas pessoas.

Estagiando no Fórum de São José – Santa Catarina no serviço de mediação familiar, nos deparamos com algumas mulheres em situações de violência conjugal. A mediação familiar é um serviço que auxilia na resolução de conflitos existentes no direito de família como, por exemplo, separação, guarda, pensão alimentícia, etc... e para que ela possa acontecer, é preciso que ambas as partes (o requerente e o requerido) queiram participar por livre e espontânea vontade.

Quando surge a questão da violência no serviço de mediação, fica inviável o atendimento, visto que de acordo com as normas do projeto de mediação familiar existem algumas contra indicações por parte deste serviço que precisam ser cumpridas. De acordo com Ávila (2004), a mediação familiar não acontece quando há um desinteresse do casal em resolver o conflito, quando há indícios de desequilíbrios de poder entre as partes e em casos de violência conjugal. Isso acontece também por uma questão ética por parte do serviço, pois, se os atendimentos fossem feitos dessa forma, estaríamos colocando essas pessoas em situações de risco. Para que essa família e/ou mulher não fique “desamparada” no que se refere à ajuda profissional por parte de um psicólogo, o serviço de mediação vem tentando mudar este quadro de atendimento, pensando em estratégias que possam dar conta de temáticas como a violência, por exemplo.

Essa pesquisa vem então, em direção à questão do surgimento da Lei Maria da Penha. Tendo em vista essa lei em favor das mulheres, procura-se descobrir o que as leva a permanecerem na relação mesmo sofrendo violência conjugal. Pretende-se entender qual a concepção de casamento e conjugalidade para mulheres em situação de violência, se elas percebem as violências cometidas por seus parceiros e qual a relação que elas fazem deles com o ato de violência. Outra questão importante seria o tipo de violência sofrida, ou seja, seria interessante pensarmos também que nem todos os tipos de violência são entendidos por essas mulheres como sendo de fato uma violência.

Dessa forma essa pesquisa se faz necessária no sentido de pensarmos através dos relatos dessas mulheres, quais as possibilidades de atendimento para elas por parte do serviço

de mediação familiar, pois, não podemos colocá-las em situações de risco e da forma como se dão os atendimentos neste serviço atualmente, fica inviável. Contudo, a presente pesquisa tem o intuito de descobrir o que existe nesse contexto da violência, ou seja, qual a relevância da violência para mulheres que viveram situações de violência conjugal.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Os principais conceitos que ajudarão a elucidar o fenômeno da violência conjugal, objeto de investigação deste trabalho são os conceitos de gênero, violência, violência contra a mulher, casamento e conjugalidade. Estes assuntos estarão expostos nos itens a seguir.

2.1 VIOLÊNCIA

O termo violência é caracterizado como qualidade ou ação de violento que age com ímpeto, força, energia. É algo tumultuoso, é intenso e brutal, constrangimento físico ou moral. (Mini Dicionário Luft s/d). Mas especificamente, violência contra a mulher é qualquer ato de violência de gênero que resulte ou que possa resultar em dano físico, sexual, psicológico ou algum tipo de sofrimento para a mulher, como por exemplo, a ameaça a tais atos. (GALINKIN, 2007). Muitos dos acontecimentos violentos acontecem dentro de casa, ou seja, é exatamente dentro de suas próprias casas que mulheres e crianças correm maior risco de serem agredidas, estupradas, ameaçadas e mortas. Esse contexto demarca o lar ou o ambiente doméstico como principal ameaçador. (GALINKIN, 2007).

Contudo, essa é uma realidade de muitas mulheres e retrata o cenário onde muitas delas permanecem caladas. Cenário este que se encontra dentro da relação conjugal e que muitas vezes torna-se “ameaçador”, pois, elas se deparam com uma realidade que não foi planejada. Sentimentos como o medo pode impedi-las de pedir ajuda tornando a relação sofrida e longe de uma realidade de um relacionamento saudável. A relação conjugal para essas mulheres acaba estabelecendo algumas dificuldades relacionais.

Como exposto na justificativa apresentada anteriormente neste trabalho, a violência cometida contra a mulher desencadeia um problema de saúde pública, repercutindo assim num problema social e isso acontece, porque desde os tempos atrás era assim. Historicamente falando, estudos evidenciam que a violência contra a mulher é um fato de difícil “combate” por carregar consigo leis que não a aderiam como sendo verídica, obstinando ao homem o direito de agressor. Durante séculos era legitimado ao homem o direito de castigar sua mulher e isto estava assegurado pela lei e era perpetuado social e culturalmente como sendo um direito do homem. Isto ficará mais claro de acordo com a

citação abaixo:

Atitudes que toleram a agressão contra a mulher (e os equivalentes maus- tratos a criança) ingressaram na cultura americana pelo direito inglês. A infame regra que permitia a um marido bater legalmente na esposa com uma vara era uma seção formal do *British Amman Law* (direito comum britânico). Por ironia, foi originalmente concebida como um exemplo de reforma misericordiosa para limitar a intensidade das agressões perpetradas pelos homens contra suas parceiras (SHUPE, 1987 apud SOARES 1999, p.25).

Não é objeto desta pesquisa demonstrar como se configurou a história da violência contra a mulher desde os séculos passados até os dias atuais. Pensou-se apenas em exemplificar através da citação descrita acima como eram as condições legais de antigamente e como são as condições legais dos dias de hoje. Se antes era dado ao homem o direito de “agressor” sem punição, hoje é assegurado à mulher o direito de denúncia e criminalização para o homem que lhe violentar. Isso graças ao movimento feminista de 1970, que trouxe à tona a discussão sobre a violência contra a mulher, buscando soluções e reflexões acerca do tema.

O movimento feminista da década de 1970 apontou com firmeza que a violência contra as mulheres não somente era de grandes proporções, mas que também era invisível. Os inumeráveis artigos, panfletos e notícias que polemizavam essa questão naquela década estimularam a reflexão sociológica e histórica, e nas décadas seguintes, publicou-se uma série de trabalhos dedicados total ou parcialmente ao tema da violência contra as mulheres (SUÁREZ e BANDEIRA, 1999, p. 15).

Para Izumino (1998), somente na década de 80, que a violência cometida contra a mulher passou a ser um objeto de denúncia. Assim no momento atual passa a ser indispensável que o tema da violência contra a mulher incline-se para o contexto político e social mostrando-se necessário sua inserção nos compromissos políticos de grupos feministas e de governantes.

A exemplo dessa luta, atualmente, obteve-se uma conquista muito importante para os direitos da mulher, a lei brasileira Maria da Penha (já mencionada na problemática da pesquisa) ou também conhecida como Lei nº 11.340 de 7 de Agosto de 2006, que vem favorecer qualquer ato de violência cometido contra a mulher, ou seja, não necessariamente a violência praticada do homem contra a mulher, pois, ela poder ser também praticada por outra mulher (uma mulher violentando outra), para tanto essa lei se configura em qualquer caso onde a mulher seja vítima de violência. A Lei buscou, “cuidar e guardar” a integridade física da mulher, frente a violência doméstica, ou seja, a violência tida como dentro do lar. Nesse

sentido as medidas protetivas em favor das mulheres no seu artigo 22 aponta que o juiz nos termos desta Lei, poderá aplicar, de imediato, ao agressor, em conjunto ou separadamente, as seguintes medidas protetivas de urgência, entre outras:

I - suspensão da posse ou restrição do porte de armas, com comunicação ao órgão competente;

II - afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida;

III - aproximação da ofendida, de seus familiares e das testemunhas, fixando o limite mínimo de distância entre estes e o agressor; contato com a ofendida, seus familiares e testemunhas por qualquer meio de comunicação; freqüentação de determinados lugares a fim de preservar a integridade física e psicológica da ofendida;

IV - restrição ou suspensão de visitas aos dependentes menores, ouvida a equipe de atendimento multidisciplinar ou serviço similar;

V - prestação de alimentos provisionais ou provisórios.

Para garantir a efetividade das medidas protetivas de urgência, poderá o juiz requisitar, a qualquer momento, auxílio da força policial (SOUZA, 2007, p.114). O “Art. 5º para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial”. Para tanto, nessa lei, a tipificação da violência contempla em seu artigo 7º os seguintes tipos: violência física, violência psicológica, violência sexual, violência patrimonial e violência moral.

Diferente da Lei Maria da Penha que elenca a violência patrimonial e a moral como formas também de violência, Galinkin (2007), em seu artigo diferencia os tipos de violência da seguinte forma:

- **violência física:** considerada a mais visível, se caracteriza pelo dano físico, ou tentativa de realizá-lo, usando da força física, de armas ou objetos que possam causar lesões;
- **violência psicológica:** se demonstra em comportamentos que causam danos à auto-estima, auto-imagem, identidade e desenvolvimento da vítima. Ela é mais difícil de ser identificada por não ser uma violência visível como a física e se percebe na desqualificação da pessoa através de agressões verbais, menosprezo,

ridicularização, intimidações e humilhações, tanto no âmbito privado quanto em público, se dá também através do controle financeiro e isolamento da pessoa do seu convívio social, ou seja, do convívio com seus amigos e familiares;

- **violência sexual:** se caracteriza como sendo estupro e qualquer prática sexual não desejada pela pessoa, pode se configurar também como prática sexual cometida com menores de idade. Remete-se ao uso da força física, influência psicológica, intimidação, coerção, chantagem, uso de drogas, suborno e armas para atingir os objetivos que nem sempre, estão relacionados ao prazer sexual;
- **negligência:** geralmente está relacionada à pessoas com menor autonomia como por exemplo, doentes, crianças e idosos (pessoas dependentes financeiramente) e concerne na falta dos cuidados e atenção necessários para o bem estar, desenvolvimento e sobrevivência dessas pessoas.

Soares (1999), explica como acontece o desenrolar dessas violências, ou seja, como se configura o cenário da violência. A violência física primeiramente começa com um empurrão, dando seqüência a um soco ou um bofetão que em seguida vem acompanhado de um chute, podendo também vir como forma de agressão por parte do estrangulamento, uso de armas e/ ou pela forma de atirar objeto com o intuito de matar. Podendo acontecer também, muitas vezes devido ao sofrimento vivido por essas mulheres, o próprio suicídio.

Já, a violência emocional vem através de um xingamento, de uma “crítica proposital” como do tipo - “você não presta”, vem também em forma de gritos, isolamentos, ignoramentos e humilhações. Por último, vem a violência sexual, essa acontece através de um toque indesejado, de desconfiança, de falsas acusações, de sexo forçado, sexo doloroso como estupro, por exemplo, ou por toda forma de prática sexual não desejada pela pessoa. Porém, nem sempre acontece dessa forma, muitas vezes um tiro pode resumir e antecipar todo esse trajeto descrito por Bárbara Soares.

2.2 GÊNERO

As diferenças entre homens e mulheres, geralmente são apresentadas ou vem expressas em falas como estas: *“os homens são mais decididos, menos emotivos, mais ousados, têm mais coragem para enfrentar o perigo, são mais objetivos, possuem maior liderança, são agressivos e competitivos. As mulheres são definidas como sendo mais*

intuitivas, emotivas, sensíveis, organizadas, atenciosas, mais dedicadas ao trabalho e mais habilidosas. Os homens são menos leais, ao contrário das mulheres que são mais fiéis. Os homens não conseguem conter seus desejos sexuais, as mulheres são mais reprimidas". O que nos faz parar para pensar que estes "perfis" são bastante estereotipados em relação ao que é considerado ser um homem ou ser uma mulher. Percebidos como mais fortes, decididos, objetivos e mais capazes, aos homens são atribuídos os papéis de chefia da família, da cabeça do casal, da chefia da empresa, da instituição, da organização, de exercer a liderança e as funções de poder, assim como de tomar as decisões. (BANDEIRA, FUINI, 2008, p.6).

A compreensão de gênero requer uma análise mais aprofundada das seguintes categorias: sexo e gênero.

Todo ser humano nasce com um sexo geneticamente definido, macho ou fêmea. O gênero, porém, não faz parte de seu capital genético e sim de sua bagagem sociocultural, política e histórica – pessoal e coletiva. Contudo, o sexo é uma condição biológica, que diz respeito às características biofísicas do macho e da fêmea. Para tanto quando estamos falando em sexo, estamos nos referindo aos aspectos físicos, biológicos do homem e da mulher, ou seja, estamos falando de diferenças que estão em nossos corpos e que não mudam muito, apenas se desenvolvem de acordo com as etapas de nossas vidas. É também sobre esse corpo – com sexo definido biologicamente – que são fixados os atributos, os papéis e os valores de gênero. Esses são construídos socialmente, variando em cada cultura ou em cada sociedade. (BANDEIRA, FUINI, 2008, p. 5-6).

A identidade sexual não é biológica, excluindo assim aspectos que não apresentam significados preferencialmente biológicos como: comportamentos, sentimentos, pensamentos e imaginação. Ser homem ou ser mulher é agir de acordo com as mediações e expectativas da sociedade, pouco ou nada tem a ver com a natureza biológica e fisiológica de cada corpo. (BANDEIRA, FUINI, 2008).

Durante muito tempo, acreditava-se que as características apresentadas por homens e por mulheres eram naturais e sem alterações, eram determinadas pelas diferenças biológicas e pela natureza. Características essas que incluíam valores, costumes, crenças e representações que diziam respeito ou estavam de acordo com comportamentos que eram considerados como masculinos ou femininos. A construção de uma identidade feminina baseada na natureza, particularmente na gestação-reprodução, persistiu durante muito tempo, tanto nos discursos de senso comum como nos discursos literários. (BANDEIRA, FUINI, 2008).

Porém, esta compreensão está se modificando e hoje os estudos de gênero tendem a englobar a estrutura e a percepção da organização concreta de toda a vida social tomando como ponto de referência a relação entre as mulheres e os homens,

entendendo que é o gênero o primeiro modo de dar significado às relações de poder entre os sexos. (SCOTT, 1995, apud BANDEIRA, FUINI, 2008).

Portanto, tornou-se evidente que tais características e comportamentos não eram determinados pela natureza e nem poderiam ser considerados naturais.

Segundo Soares (1999), a violência cometida contra a mulher é necessariamente uma violência de gênero, de acordo com o modelo feminista. Isto significa que é uma violência masculina que se exerce contra as mulheres devido à necessidade dos homens de controlá-las exercendo sobre elas seu poder. Evidencia-se assim, um padrão de comportamentos aprendido e de várias formas, apoiados pela sociedade.

Contudo, de acordo com Breitman e Strey (2006), devemos ter em mente que a complexidade dos aspectos relacionados às diferenças entre as pessoas, tanto de gênero diferente como do mesmo gênero abrange mais do que simplesmente masculino e feminino, ou seja, o gênero abrange comportamentos e atitudes de homens e mulheres, que precisam ser desmistificados, repensados e reavaliados. Sendo assim, gênero é um conceito que vem contrapor a naturalização da diferença sexual.

Não obstante, o que caracteriza os estudos de gênero é o seu caráter relacional, mostrando que um gênero sempre é referido em relação ao outro. O uso da categoria gênero nos possibilita pensarmos nas diferenças entre masculino e feminino, ou seja, ligado às construções sociais sobre o sexo. Desde pequenos aprendemos a correlacionar objetos e estilos comportamentais ao gênero como, por exemplo, “Jogar bola é coisa de menino!”, “saia é coisa de mulher!”, ou ainda, “azul é coisa de menino” e “rosa coisa de menina”, etc. Tais formas de representar a nós mesmos e os outros fazem parte do imaginário coletivo e são transmitidas, mesmo que involuntariamente, através de propagandas, imagens e brincadeiras. Também podemos perceber que homens e mulheres passaram a ser caracterizados como sendo opostos no que diz respeito à: cultura/natureza, razão/emoção, sujeito/objeto, ativo/passivo. A mulher, por exemplo, só ganhava o “status” de ativa ao ser colocada na posição de sedutora, tentadora de homens.

Nesta perspectiva, a principal identidade atribuída à mulher é a de mãe. Ao homem é designado um “impulso biológico instintivo”, um papel sexual ativo incontrolável e natural, um ser dominador. Ainda destacando os dualismos que sustentam a categoria gênero, Gregori (1993) afirma que a imagem de mulher foi definida como um ser para o outro e não um ser com o outro. A autora explica que a mulher idolatrada pela cultura machista, é a mulher que se sacrifica, é submissa aos homens, boa mãe e boa esposa (passiva).

Nesse sentido, podemos compreender aqui como se configuram estas relações de

poder entre homens e mulheres, sem cair nos binarismos onde a mulher tem o papel de vítima e o homem o papel de agressor. Não obstante, violência conjugal e a violência familiar são discutidas por alguns autores (Almeida, 1998; Barcelos, 2003; Saffioti, 1999; Sorj e Monteiro, 1984; Ynoub, 1998) como um tipo de violência quase que exclusivamente definido pela violência de gênero.

Segundo os mesmos autores, mesmo afirmando a necessidade de trabalhar o conceito de gênero atrelado às construções de raça/etnia e classe, ou ainda definindo a violência conjugal a partir de uma visão relacional e dinâmica, em alguns momentos, acaba-se centralizando a discussão da violência conjugal sob o enfoque da vitimização feminina. Isto tem contribuído um significado de mão única para a violência conjugal: homens agredem mulheres. O homem passa a ser entendido como um agressor “em potencial” de mulheres em qualquer relacionamento conjugal.

Saffioti (1999, p.154) esclarece que vivemos em uma sociedade de ordem patriarcal, que possui “leis elaboradas por homens para serem obedecidas por mulheres”. Assim, a transgressão é vista como atrelado ao feminino. Para a mulher as relações de gênero significam desigualdades que beneficiam sempre o sexo masculino, principalmente na relação conjugal, onde a mulher é considerada pelo homem como sua propriedade.

Na situação de violência conjugal, a mulher, entendida como um sujeito múltiplo, constituída por classe, raça, etnia e gênero é percebida na condição de ativa ao reagir a violência do seu agressor costumeiro ou quando toma a iniciativa de provocá-lo por estar em uma situação de co-dependência.

Codependência é um transtorno emocional definido e conceituado por volta das décadas de 70 e 80, relacionada aos familiares dos dependentes químicos, e atualmente estendido também aos casos de alcoolismo, de jogo patológico e outros problemas sérios da personalidade. Para que possa existir um co-dependente é necessário que tenha no ambiente uma perturbação, ou uma desordem. Assim, fica claro que se uma pessoa da família é “afetada” por alguma desordem, acaba por “afetar” também os demais membros pertencentes a ela. Para tanto, é importante ressaltar que para que exista um co-dependente é imprescindível que se tenha um “sistema” que crie o co-dependente. Nesse sentido o co-dependente sente-se atraído pelo o que é disfuncional no sistema, pois, a disfuncionalidade é um item atrativo e familiar a ele. Assim, compreende-se que o co-dependente nasce dentro de um “sistema” disfuncional. (SILVA, 2000, p.91).

Algumas características dessa co-dependência relacionada à pessoa não dependente são: dificuldade de identificar uma auto-imagem, de expressar e/ou identificar

seus sentimentos, possui um senso de vitimização e uma ansiedade exarcebada com relação à intimidade. (ZAMPIERI, 2002, p.68).

Hemfelt e outros (1989) apud BRASIL (2004) trás a questão da co-dependência como uma adição a pessoas, ou seja, é uma condição específica que se caracteriza por uma preocupação e uma dependência excessivas (emocional, social e as vezes física), de uma pessoa em relação à outra, reconhecidamente problemática, funciona como uma tentativa de querer controlar pessoas, coisas ou acontecimentos exteriores, na ilusão de conseguir controlar seus próprios sentimentos. Portanto, quando ocorre uma co-dependência, o sujeito passa a viver a história da outra pessoa, a intimidade da outra pessoa, o problema da outra pessoa, enfim tudo o que estiver relacionado à outra pessoa. No entanto, codependentes são familiares, normalmente cônjuge ou companheira(o), que vivem em função da pessoa problemática, fazendo desta tutela obsessiva a razão de suas vidas, sentindo-se úteis e com objetivos apenas quando estão diante do dependente e de seus problemas.

A co-dependência é uma situação onde a violência passa a ser um ingrediente emocional para a mulher, que atuaria, na negociação de sua sobrevivência. Portanto, a mulher só “desencadeia um ato de violência de seu companheiro para reiterar seu sentimento de estar viva”. (SAFFIOTI, 1999, p.161).

O gênero é compreendido como uma gramática que normatiza condutas masculinas e femininas, principalmente nas situações de violência. “Concretamente, na vida cotidiana, são os homens, nessa ordem social androcêntrica, os que fixam os limites da atuação das mulheres e determinam as regras do jogo pela sua disputa”. (SAFFIOTI; ALMEIDA, 2003, p.88).

As argumentações defendidas acima mostram que alguns estudos procuram mais divulgar os perigos de certos comportamentos e ações gerais, tentando elaborar um conjunto de gestos, expectativas e padrões morais do que mostrar as nuances, diversidades, ambigüidades e tensões nas relações de gênero que o universo de casamentos violentos comporta. Caracterizariam um relacionamento violento, onde geralmente “os homens humilham e agridem; as mulheres têm medo, vergonha e se sentem culpadas. Os homens agem, as mulheres sentem.” (GREGORI 1993, p.129).

Os homens apresentam uma necessidade de controlar e dominar a mulher. Entendem a independência da mulher como uma perda de controle por parte deles, impondo assim, suas concepções sobre o relacionamento. O poder implica em um sistema de autoridade em concordância com hierarquias, conformando relações de dominação e subordinação. (ZANELLA, et al., 1997, p. 282).

É evidente que esses fatores interferem na relação violenta favorecendo um aumento significativo de estatísticas que restringem o homem ao ato da violência, ou seja, os homens agredem e violentam mulheres.

Porém, existe um número bem maior de homens que não cometem este tipo de violência. Nem todo homem é por princípio, agressivo e muitos são aqueles que rejeitam e condenam a violência, especialmente a violência contra a mulher.

Nesse sentido, existe uma campanha conhecida como Campanha do Laço Branco que tem por objetivo sensibilizar, envolver e mobilizar os homens no engajamento pelo fim da violência contra a mulher, em consonância com as ações dos movimentos organizados de mulheres e de outros movimentos organizados por equidade e direitos humanos, através de ações em saúde, educação, trabalho, ação social, justiça e segurança pública. Essa campanha teve início no Canadá, onde um grupo de homens decidiu se organizar para dizer que existem homens que cometem a violência contra a mulher, mas existem também aqueles que repudiam essa violência. Eles elencaram o laço branco como símbolo e adotaram como lema: “jamais cometer um ato violento contra as mulheres e não fechar os olhos frente a essa violência”. Durante o primeiro ano da campanha foram distribuídos 100.000 laços entre os homens canadenses, principalmente entre os dias 25 de novembro e 6 de dezembro, semana que concentra um conjunto de ações e manifestações públicas em favor dos direitos das mulheres, pelo fim da violência.

Para tanto, é importante destacar, que as noções de gênero sofreram algumas mudanças relativas aos papéis relacionados à vítima e agressor. Não se deve falar mais em a mulher como sendo a vítima e o homem como sendo o algoz, ou seja, fala-se agora em casais em situação de violência, o que nos remete a um entendimento, que compreende a noção relacional, na qual tanto o homem quanto a mulher pode ocupar o lugar de agressor(a) e agredida(o). Esse novo olhar em torno desta noção relacional revela um novo conceito sobre violência conjugal e aborda a ótica da intersubjetividade dos envolvidos. (SUÁREZ, BANDEIRA, 1999).

2.3 CASAMENTO E CONJUGALIDADE

Casamento é a mais admirável e poderosa de todas as instituições de Direito

Privado¹, por constituir uma das bases da família, que é peça fundamental da sociedade. Assim, configura-se como sendo a peça “curinga” de todo sistema social, constituindo a base do projeto moral, social e cultural do país. Ele é o “fundamento da sociedade, base da moralidade pública e privada”. (DEVERAS, LAURENT S/D apud DINIZ, 2005, p.39-40).

O casamento é o vínculo jurídico entre o homem e a mulher que visa assistência recíproca material e espiritual para alcançar a plenitude do desenvolvimento de sua personalidade, através do companheirismo e do amor. Refere-se como sendo uma relação dinâmica e progressiva entre ambas as partes (marido e mulher), onde cada cônjuge reconhece e pratica a necessidade de vida em comum, para ajudar mutuamente a suportar o peso da vida, compartilhando o mesmo destino e perpetuando sua espécie. (DINIZ, 2005).

De acordo com Araújo (2002), o amor e o casamento, tal qual é conhecido hoje, surgiu através da burguesia. Porém, só ganhou sustentação ou suporte a partir do século XVIII quando a sexualidade passou a ocupar um lugar importante dentro do casamento. A autora enfatiza que o amor no sentido de consensualidade não existia. Escolha e paixão amorosa, não faziam parte do casamento, não eram levados em conta e isto acontecia geralmente, nas relações de adultério. A sexualidade não era vista nem vivida como forma ou lugar de prazer pelo casal casado e, tinha como finalidade a procriação/reprodução. Quem tomava conta dos casamentos não eram os “noivos”, mas sim seus pais, ou seja, da antiguidade à idade média eram os pais que cuidavam e/ou escolhiam o casamento dos filhos e para os filhos. O casamento não se dava ou acontecia por amor e sim por negócios. Era um contrato que duas pessoas faziam não por e nem para o seu prazer, mas para agradarem suas famílias. A união dos casais e a celebração das núpcias até o século V não tinha a interferência do clero. Acontecia como sendo uma aliança que ocorria entre os nobres e tinha por função a transmissão da herança, de títulos e a negociação política. (ARAÚJO, 2002). O ritual de casamento acontecia da seguinte maneira: começava com a promessa de casamento no ato da *desposatio* ou *pactum conjugale* que é o antecessor do noivado atual. A cerimônia acontecia na casa da futura esposa, reunindo parentes dos noivos e testemunhas. Eram trocadas palavras e bens. O pai da moça passava a tutela de sua filha para o marido e este pagava a doação com a entrega de uma *donatiopuella* (garantia do contrato). A mulher era parte do patrimônio familiar, sua entrega a um homem estabelecia união de duas famílias reais ou nobres. O ritual das núpcias acontecia numa festa na casa do noivo. Ao redor do leito se aglomeravam testemunhas que tinham função de “abrigarem” a união carnal e a procriação. A fecundidade

¹ Direito Privado é o conjunto de preceitos reguladores das relações dos indivíduos entre si.

era necessária ao casamento, assim como a fidelidade incondicional por parte da mulher. O adultério feminino provocava o abandono ou mesmo a morte da esposa transgressora. A esterilidade, levava ao repúdio, muito comum entre os nobres medievais. Na Gália, por volta do século VI, a bênção do casal era feita por um padre à porta do quarto. Mais tarde, essa prática vai se disseminar e se aperfeiçoar com a presença do clérigo diante do leito, a fim de abençoá-lo com água benta. Era uma intervenção simples num momento em que ainda se balançava a moral dos padres e a dos cavaleiros perto do que viria a acontecer nos tempos seguintes. (VAINFAS, 1986 apud ARAÚJO, 2002).

Conforme a mesma autora a partir a partir do século V, a expansão do cristianismo e a queda do Império Romano abrem espaços para que aos poucos a Igreja ocupe o seu lugar e desempenhe seu papel no casamento e isso ainda repercute hoje, ou seja, a igreja teve e tem uma forte influência no casamento. Os ideais cristãos pregavam a virgindade, a castidade e a continência e quem assim não se enquadrasse, não ganhava o reino dos céus.

A sacralização do casamento pela Igreja só aconteceu por volta do século XII e foi só no século XIII que a normatização da moral cristã se estabeleceu, instituindo o sacramento do matrimônio, tornando-o monogâmico e indissolúvel. A partir de então, o ritual eclesial transferiu o ato matrimonial da casa, seu local tradicional, para a Igreja, e a cerimônia passou a ser conduzida por um padre. O casamento foi então instituído pela Igreja como lugar legítimo para uso dos prazeres desde que voltado para o seu fim natural: a procriação. Os teólogos instituíram regras básicas fundamentadas em três eixos principais: 1) a imposição da relação carnal (dívida conjugal) como algo obrigatório no casamento, sem a qual ele não teria sentido; 2) condenação de todo e qualquer ardor na relação carnal entre os cônjuges; e 3) a minuciosa classificação dos atos permitidos ou proibidos, tendo em vista a função procriadora. (ARAÚJO, 2002, p.1-2).

As grandes mudanças no casamento iniciam com a modernidade, onde prevalecem à valorização do amor individual e do amor apaixonado predominando assim, o erotismo dentro da relação conjugal. Essas mudanças relativas ao amor, casamento e sexualidade trouxeram transformações na intimidade e vida das pessoas e aqui a chamada revolução sexual e a emancipação feminina tiveram um papel importante e essencial. (ARAÚJO, 2002).

Os sonhos do amor romântico de acordo com Araújo (2002), levam muitas mulheres a uma severa sujeição doméstica. O *ethos* do amor romântico teve um impacto duplo sobre a situação das mulheres, os sonhos do amor romântico às conduziam para a sujeição doméstica, ou seja, o lar avigora o acordo com o “machismo” ativo e radical da sociedade moderna. O imaginário do amor romântico começa a se despedaçar com a

emancipação sexual e a autonomia feminina. A decadência do controle sexual dos homens sobre as mulheres colocou possibilidades reais de alteração e modificação da intimidade.

Para a mesma autora, o casamento por amor vai assim lentamente crescendo na escala social até a era moderna, quando se estabelece como regra básica. A partir do século XVIII, quando o amor romântico se torna o ideal de casamento, acontece uma democratização nas relações pessoais colocando o erotismo num lugar “privilegiado e ou permitido” colocando à prova a duração do casamento. Como o amor-paixão em geral não dura, o amor conjugal ligado a ele também não. Esse processo de “democratização das relações pessoais” afeta profundamente as representações e vivências do casamento.

No contexto brasileiro, o casamento tradicional regido pela dominação masculina vem dando lugar a outra forma de casamento, onde a mulher reivindica igualdade e há uma constante negociação no relacionamento. O divórcio então, coloca-se como uma alternativa, não como forma de reparar o erro, mas como a confirmação normal de um sentimento que não pode nem deve durar, e que deve dar lugar ao seguinte. Ao contrário do amor conjugal que aumentava com o tempo, o amor-paixão tende a acabar com o tempo. Esse é o grande desafio que os casais modernos enfrentam nos dias de hoje, o que os faz redefinir perspectivas e idealizações sobre o casamento. (ARAÚJO, 2002).

Nesse sentido a intimidade tende a se reestruturar com base em novos valores, entre os quais a amizade e o companheirismo são considerados como fundamentais. (ARAÚJO, 2002). Não obstante, os tempos mudaram, mas a idéia de casamento como algo “sagrado e para a vida toda” ainda perdura nos dias de hoje. O que nos deixa evidente que os valores e ideais de uma vida a dois ainda são os mesmos e são por esses valores tão arraigados que muitas dessas mulheres talvez se submetam a permanecerem casadas mesmo sofrendo violência dentro de seus relacionamentos. O que as mantém nos relacionamentos é um conceito de família idealizado. Dessa forma para Negreiros e Carneiro (2004), muitas vezes a família idealizada é atualmente procurada em grupos religiosos ou grupos de ajuda recíproca, como por exemplo, os alcoólicos anônimos ou outros desse mesmo molde. Através deles, busca-se uma estrutura de apoio e de laços afetivos não encontrados antes. Esta família idealizada, procura promover uma identificação entre os participantes que funcione como um espaço coletivo, onde se possa encontrar proteção e afirmação, para dar sentido a representações, redimensionando valores.

De qualquer modo, na transformação do conceito de família, vários mitos da família organizada, próspera e feliz estão se desfazendo. Mas ainda é cedo para avaliarmos os resultados de tantas e tão diversificadas relações familiares num mundo plural e

complexo como o atual. O que presenciamos hoje é a mudança no próprio conceito de família e a transformação do “masculino” e do “feminino”. A divisão de papéis referentes ao “modelo antigo” onde o homem é o provedor e a mulher é a responsável pela casa e pelo cuidado dos filhos não perdura no modelo atual de família. (NEGREIROS, CARNEIRO, 2004, p.6).

Os grupos familiares dos dias de hoje, estão convivendo com algumas mudanças no que se refere aos papéis masculinos e femininos e muitas vezes, se deparam com improvisos para poderem dar conta das muitas tarefas e afetos subjacentes a essas mudanças. Sentimentos como amor, ódio, medo, esperança, raiva, inveja, respeito e culpa estão presentes tanto na vida do homem, quanto na vida da mulher. Não obstante, fazem parte de um convívio próximo e potencialmente dissolúvel tanto para o “masculino”, quanto para o “feminino”. (NEGREIROS, CARNEIRO, 2004).

3 MÉTODO

3.1 TIPO DE PESQUISA

A presente pesquisa caracterizou-se por ser uma pesquisa de caráter qualitativo, pois, buscou descrever a concepção de violência e conjugalidade para mulheres que viveram situações de violência conjugal. Assim sendo, a pesquisa qualitativa de acordo com Minayo (1994), é o método mais indicado para pesquisas na área da saúde, pois, permite a compreensão de dados de uma realidade que não pode ser quantificada. Esse método se mostra como sendo o mais adequado para a pesquisa, que teve por objetivo trabalhar com uma gama de significados, motivos, crenças, valores e atitudes que permeiam histórias de pessoas como no caso desta população adotada para a pesquisa. Quanto aos objetivos caracterizou-se por ser uma pesquisa descritiva que de acordo com Gil (2002) têm como objetivo fundamental descrever as características de determinada população ou fenômeno.

O delineamento da pesquisa configurou-se como um estudo de campo que segundo Ruiz (1996, p.50) é uma modalidade de pesquisa que consiste na observação dos fatos tal como ocorrem na coleta de dados e no registro das variáveis para posteriores análises. Dessa forma, foi possível analisar através das participantes que colaboraram com a pesquisa, qual a concepção de violência e conjugalidade para mulheres nesta situação, ou seja, mulheres que viveram situações de violência conjugal.

Esse tipo de estudo, não permite o isolamento e o controle das variáveis supostamente relevantes, mas permite que se estabeleça relações constantes entre determinadas condições - variáveis independentes - e determinados eventos - variáveis dependentes, observadas e comprovadas.

3.2 PARTICIPANTES OU FONTES DE INFORMAÇÃO

As participantes da pesquisa foram 3 (três) mulheres entre 20 e 47 anos que viveram situações de violência conjugal, que estavam em processo de separação e que

procuraram o serviço de mediação familiar. Porém, por motivos de contra-indicação por parte deste serviço e pela dificuldade de encontrá-las somente nas varas de família, a pesquisa estendeu-se também às varas criminais do Fórum de São José – Santa Catarina.

De acordo com Ávila (2004), uma prerrogativa do serviço de mediação familiar é a contra – indicação para o atendimento de casais em situação de violência, pois, se pensa que esse tipo de atendimento coloca as partes em situação de risco, para tanto essas mulheres são encaminhadas para a assistência judiciária para procedimento de processo judicial de caráter litigioso. As entrevistas foram realizadas no mesmo Fórum.

É importante ressaltar que não foi feita a entrevista piloto, visto que por duas tentativas com duas mulheres em situação de violência a recusa por querer falar do assunto foi colocada. Uma delas respondeu que para ficar com o companheiro com comportamento violento preferiu colocar uma “pedra no assunto” relatando não querer mais falar a respeito, outra recusou-se em participar da entrevista piloto. O perfil das participantes da pesquisa será apresentado no próximo capítulo.

3.3 EQUIPAMENTOS E MATERIAIS

Foram necessários para o levantamento e transcrição dos dados da pesquisa, roteiro de entrevista, termo de consentimento (para a autorização das participantes), gravador com fitas e pilhas, canetas, computador e impressora, mesa e cadeiras. Para a análise, também foi utilizado livros, artigos e demais materiais bibliográficos.

3.4 SITUAÇÃO E AMBIENTE

A pesquisa aconteceu no Fórum da cidade de São José, local onde essas mulheres buscaram auxílio, tanto no serviço de mediação quanto na vara criminal. A realização das entrevistas se deu em uma das salas do serviço de mediação, onde estiveram presentes somente a pesquisadora e a pesquisada, lugar este que garantiu as condições necessárias ao desenvolvimento da entrevista, a saber: confidencialidade, segurança, iluminação e ventilação adequadas e garantia de silêncio, componentes fundamentais e necessários para uma boa

entrevista.

3.5 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

A pesquisa se deu por meio de um roteiro de entrevista semi-estruturada, onde, permitiu a utilização de temas ou pontos norteadores abordados durante o processo da entrevista. O roteiro contou com 20 perguntas que foram respondidas. (Apêndice I). As entrevistas foram gravadas com o consentimento das participantes.

Segundo Lakatos e Marconi (2003), a entrevista semi-estruturada permite obter dos entrevistados respostas às mesmas perguntas, ou seja, permite que todas as respostas possam ser comparadas com o mesmo conjunto de perguntas, o que equivale que as diferenças entre as respostas se dá de uma pessoa à outra e não de uma pergunta à outra (o roteiro é o mesmo para todas as pessoas).

3.6 PROCEDIMENTOS

3.6.1 De seleção dos participantes ou fontes de informação

Foram entrevistadas três mulheres, sendo que duas foram abordadas na Vara Criminal, logo após as audiências de ratificação da Lei Maria da Penha e outra que procurou o serviço de mediação familiar do Fórum de São José no ano de 2009. A seleção dos participantes se deu de forma intencional (critério de inclusão).

3.6.2 De contato com os participantes

O contato com as participantes da pesquisa se deu logo após a permissão das Juízas da Vara de Família e da Vara Criminal. Essa permissão se fez necessária, visto que

ambas as juízas são as principais responsáveis pelas respectivas Varas mencionadas acima da comarca de São José. Também por um cuidado ético por parte da pesquisadora, que viu a necessidade de comunicá-las sobre o conteúdo da pesquisa. No serviço de mediação é realizada uma entrevista inicial chamada de triagem. Nessa triagem é contemplada a descrição dos dados sobre a queixa das mulheres que chegam ao serviço. Dessa forma o contato com uma dessas mulheres se deu através do telefone disponibilizado na ficha de triagem, do próprio serviço de mediação, convidando-a para a realização da entrevista, assim foi marcando o dia e hora escolhido por ela (dia 30 de Abril de 2009 às 15:00 horas). Com as demais participantes o contato se deu logo após o término da audiência de ratificação da Vara Criminal no dia 27 de Abril de 2009. O tempo de duração de cada entrevista foi em torno de 45 minutos para a primeira participante, 20 minutos para a segunda e 30 minutos para a terceira e última participante. É importante ressaltar que todas essas mulheres contribuintes da pesquisa, realizaram o boletim de ocorrência contra os companheiros violentos.

3.6.3 De coleta e registro dos dados

Os dados foram coletados por meio de um roteiro de entrevista semi-estruturada, no qual constou vinte perguntas que foram respondidas pelas participantes. Foi utilizado um gravador (após consentimento por parte das entrevistadas) para que fosse possível registrar na íntegra todas as informações pertinentes à pesquisa. Os dados coletados a partir das entrevistas foram transcritos e analisados, os termos de consentimento foram colocados em anexo no final deste trabalho que contempla a conclusão do curso.

3.6.4 De organização, tratamento e análise dos dados

Para a transcrição e categorização das entrevistas foi utilizado a análise de conteúdo descrita por Bardin (1977, p.42), que vem a ser um conjunto de técnicas de análise das comunicações que visa obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos, a descrição do conteúdo das mensagens e os indicadores que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção das mesmas. A categorização foi dividida por

objetivo específico e apresentada em tabelas, ou seja, para cada objetivo foi apresentado uma tabela, porém, algumas categorias foram subdivididas dando origem a outras subcategorias. A análise foi feita na sequência de cada tabela. Parta tanto, a categorização se fez necessária, visto que permitiu uma melhor visualização dos dados coletados, como mostram os quadros abaixo:

Quadro 1: Cenário da violência

Categoria	Subcategoria
Espaço e rotina da violência	Cotidiana
	Pública
	Privada
Rede de apoio	Rede familiar (continuidade no processo judicial)
	Falta da rede familiar (desistência do processo judicial)

Fonte: A autora (2009)

Quadro 2: Caracterização da violência conjugal

Categoria	Subcategoria
Tipo de violência	Física
	Psicológica atrelada à desqualificação
	Psicológica atrelada à ameaça de morte
Motivos atrelados à violência	Álcool
	Drogas
	Ciúme
Sentido da violência	Atrelado ao Sofrimento

Fonte: A autora (2009)

Quadro 3: Identificação do significado de relação conjugal

Categoria	Subcategoria
Casamento	Atrelado a idéia de convivência e companheirismo
	Atrelado à religiosidade
	Atrelado ao financeiro
Crença na mudança do companheiro	Reincidência da violência
Ser mulher	Atrelado ao sofrimento
	Atrelado aos direitos
	Atrelado à maternidade
Existência do projeto de conjugalidade	Atrelado ao respeito na relação conjugal
Violência como impedimento do projeto conjugal	

Fonte: A autora (2009)

A descrição e a análise de cada categoria foi feita no capítulo quatro desta pesquisa.

4 ANÁLISE DOS DADOS

O presente capítulo tem como objetivo apresentar os dados coletados, relacionando-os com a teoria estudada. Para uma melhor visualização, os dados foram apresentados por quadros e divididos em categorias e subcategorias.

Os dados coletados foram obtidos por meio de um roteiro de entrevista semi-estruturada, que foram realizadas com três participantes, todas do sexo feminino. É importante ressaltar que duas das participantes já estavam separadas e apenas uma encontrava-se em processo de separação, todas relataram viverem situações de violência conjugal. Segue abaixo o quadro de apresentação dos sujeitos participantes da pesquisa.

Quadro 4: Apresentação dos sujeitos participantes

Sujeitos da pesquisa	Sujeito 1	Sujeito 2	Sujeito 3
Nome Fictício	Rosa	Violeta	Margarida
Sexo	Feminino	Feminino	Feminino
Idade	20 anos	24 anos	47 anos
Escolaridade	Segundo grau incompleto (1º ano)	Segundo grau completo	4ª série (primário)
Religião	Católica	Testemunha de Jeová	Católica
Profissão	Atendente de lanchonete	Auxiliar administrativo	Doméstica
Filhos	Um filho	Não tem filhos	Dois filhos
Moradia	Com os pais	Com a mãe	Com o companheiro
Tempo de relacionamento	5 anos	1 ano	26 anos

Fonte: A autora (2009)

A entrevista foi realizada com três mulheres vítimas de violência conjugal. Todas realizaram o boletim de ocorrência com o intuito de dar um fim na situação de violência que estavam submetidas. Todas as participantes foram chamadas por nomes de flores, ou seja, nomes fictícios, com o intuito de preservar suas verdadeiras identidades, cumprindo critérios éticos tanto da pesquisa, quanto do profissional.

S1 a quem vamos denominar de Rosa, foi a primeira a ser entrevistada. Tem 20 anos, é atendente de uma lanchonete, estudou até o 1º ano do segundo grau e possui um filho de 5 anos. É da religião católica e conviveu com o companheiro com comportamento violento durante 5 anos, hoje encontra-se separada e morando com os pais. Seu ex-companheiro tem

23 anos, Rosa não sabe ao certo se ele trabalha ou não, pois, diz não querer saber nada a respeito dele.

S2 a quem denominaremos de Violeta, foi a segunda a responder a entrevista. Tem 24 anos, é auxiliar administrativo, possui o segundo grau completo e não possui filhos. É da religião testemunha de Jeová e conviveu com o companheiro violento durante 1 ano. Hoje reside com a mãe. A idade do seu ex-companheiro é 22 anos, quanto à sua ocupação, Violeta aponta que ele está desempregado.

Por fim, S3 com denominação de Margarida, foi a terceira e última a colaborar com a entrevista. Tem 47 anos, é doméstica, estudou até a 4ª série do ensino fundamental e tem dois filhos, uma garota de 20 anos e um garoto de 18, ambos casados. É da religião católica e convive com o companheiro cuja descrição tem comportamento violento. Estão casados há 26 anos, moram na mesma casa, porém, dormem separados. Relata ainda que já fez a denúncia e está no aguardo da justiça. A idade do companheiro é 53 anos e sua profissão é a de motorista.

É importante ressaltar que durante as entrevistas duas entre as três participantes ficaram muito sensibilizadas ao valarem sobre o assunto, ou seja, o tema violência gerou uma certa emoção, era como se elas revivessem todo o cenário da violência novamente. A participante Rosa ao falar do episódio em que levou um tiro bate na mesa, fala de uma forma agitada com um olhar fixo pro chão e revela vivenciar tudo igualmente toda vez que fala sobre o assunto. A entrevistada Margarida, embarga a voz quando relata os fatos, ela não chora, mas o choro vem e ela então o prende. Violeta foi a única participante que conseguiu relatar os fatos de uma forma “tranqüila”.

Rosa e Violeta já estavam separadas e Margarida encontrava-se em processo de separação.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DO CENÁRIO DA VIOLÊNCIA CONJUGAL

Este tópico caracteriza o cenário da violência conjugal. Dessa forma, apresentou-se duas categorias: **espaço/rotina da violência e rede de apoio**.

A categoria **espaço e rotina da violência**, demonstra onde e com que frequência a violência acontece. Está subdividida em três subcategorias, tais como: **cotidiana, pública e privada**. Já a categoria **rede de apoio** ressalta o quanto a família é importante na decisão da denúncia, ou seja, mulheres que tem o apoio da família conseguem mais facilmente sair da

situação de violência, enquanto as que não o têm, sujeitam-se a outros fatores. Nesta categoria apresentou-se dois pontos importantes importantes: **a continuidade no processo judicial e a desistência do processo.**

Tabela 1: Cenário da violência

Categoria	Subcategoria	Frequência
Espaço e rotina da violência	Cotidiana	2
	Pública	2
	Privada	1
Rede de apoio	Rede familiar (continuidade no processo judicial)	2
	Falta da rede familiar (desistência do processo judicial)	1

Fonte: A autora (2009)

A violência pode acontecer de diversas formas e de diversas maneiras. Na frente de outras pessoas, diferentes das envolvidas na situação de violência, dando origem à violência pública ou sem que outras pessoas saibam, caracterizando assim a violência privada. Também pode ser configurada em diária, semanal ou mensal, o que evidencia a violência cotidiana.

Como já mencionado no referencial teórico desta pesquisa, a violência é entendida como algo que causa constrangimento físico ou moral. A violência contra a mulher é um fenômeno social e encontra-se enraizado na sociedade. Para tanto, a violência conjugal, foco desta pesquisa, é de acordo com Gregori (1993), um expressão extrema da relação de hierarquias entre homem e mulher (relação conjugal). Sendo assim, de acordo com este conceito foi possível observar que a violência encontra-se em evidência nas falas das participantes desta pesquisa, as quais serão descritas a seguir.

A subcategoria **cotidiana** obteve frequência 2, o que quer dizer que duas das três participantes responderam a esta questão. Em seguida encontram-se as falas das sujeitas participantes, Violeta e Margarida.

Duas vezes na semana, era mais no final de semana (Violeta).

Não, não era sempre, uma vez no mês [...]” (Margarida).

Nestas falas as participantes, Violeta e Margarida contam com que frequência

sofriam violência no seu cotidiano, sendo assim, podemos relacionar a violência cotidiana como sendo uma violência que já há tempos atrás era considerada comum aos homens, ou seja, eles compreendiam, por alguma razão, que tinham por direito castigar suas esposas. A indigna regra que garantia aos homens o direito de castigar sua esposa foi idealizada como um exemplo de reforma misericordiosa, em que era permitido agressões contra suas mulheres, e isto era legalmente reconhecido pelo *British Amman Law* direito comum britânico. (SOARES, 1999).

Não obstante, a violência que aparece em falas como dessas mulheres, não é tratada por elas como algo naturalizado, pois, todas registraram o boletim de ocorrência, visto que é através dele que a violência passa a se tornar desnaturalizada. Para tanto, não importa com que frequência a violência acontece, seja ela diária, semanal ou mensal, como retratam Rosa, Violeta e Margarida, o importante é que ela existe e é necessário ser extraída, pois, são em falas como essas que ela é representada. Hoje no século XXI, ainda encontramos resquícios dos séculos passados onde muitas mulheres não denunciam seus companheiros e muitas vezes acabam por procurarem um lugar de culpa para justificarem tal violência, já que este lugar não é ocupado por ele, pois, o “homem tudo pode”, ou seja, o homem aprende através da socialização que possui poder sobre a mulher. Entretanto, essas mulheres estão cada vez mais se impondo, ou seja, elas demonstram estar mais mobilizadas, pois, todas as três participantes denunciaram seus companheiros, dando um passo importante para “tentar” cessar com as agressões que vinham sofrendo. Elas permaneceram nos relacionamentos por algum tempo, porém, quando a violência tornou-se pública, passou a ser objeto de denúncia. Rosa permaneceu até ganhar um tiro, Violeta até ser agredida no seu serviço e Margarida quando foi humilhada numa festa de família. Todas essas mulheres tiveram motivos para permanecerem na relação violenta, porém, de acordo com suas falas “tudo tem seu começo, meio e fim”, até mesmo a própria violência.

Na subcategoria **pública** houve o depoimento de duas participantes. Como mostram as falas a seguir:

“[...] foi quando ele me agrediu (faz um ano, né), ele me agrediu e fez um escândalo lá no meu emprego né [...]” (Violeta).

“[...] ele começa a me humilhar na frente de todo mundo, ele não respeita quem tá perto, quem não tá[...]”, “[...] ele me humilhou tanto assim, que eles ficaram apavorados [...]” (Margarida).

Violeta conta que foi depois do episódio que o seu ex-companheiro fez em público, ou seja, da violência que sofreu na empresa onde trabalhava que optou pela

separação e decidiu fazer o boletim de ocorrência contra ele. Margarida revela que a situação relatada acima, aconteceu durante uma festa de família. Conta que o ex-companheiro a humilhava muito na frente de outras pessoas. Para ambas as entrevistadas, a violência ocorreu no âmbito social, dessa forma podemos relacionar essas falas com um tipo específico de violência, a violência moral. “A violência moral é entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria”. (SOUZA, 2007, p.52). Isso fica evidente nas falas das participantes Rosa, Violeta e Margarida, pois, todas relataram ter sofrido agressões, difamações e escândalos em público por parte de seus companheiros. Rosa principalmente devido ao atentado que sofreu (ao tiro que levou). Não obstante, essas violências foram publicizadas, pois, quando ela acontece envolvendo outras pessoas como familiares, colegas de trabalho e até mesmo o hospital onde o socorro foi prestado, o ato da violência passa a ser reconhecido. Porém, Rosa não se refere ao tiro como algo público, ou seja, ela não reconhece essa violência como publica.

Isto evidencia um tipo de sofrimento descrito através da psicologia social como sofrimento ético-político. Sawaia (1995), define esse sofrimento como vivência cotidiana de questões sociais atreladas a cada época da história da humanidade. Revelando assim fatores onde se publiciza o privado, ou seja, onde a dor que surge da situação social revela uma questão ética da vivência cotidiana.

Já na subcategoria da **violência no âmbito privado**, a frequência foi menor, ou seja, apenas uma das participantes respondeu a esta questão, como de acordo com a fala de Rosa:

“[...] ele me pegou a força, me deixou de cárcere privado e me deixou trancada lá [...]”, “[...] me deixou trancada, botou cadeira, botou geladeira na porta, trancou com martelo a janela, trancou tudo [...]”, “[...] eu fazia um monte de coisa, eu lavava, eu passava e pagava as contas, eu comprava comida, eu chegava do serviço, ele dizia que a comida tinha que ta pronta em 5 minutos (Rosa).

Esta fala de Rosa aponta questões que envolvem a violência privada, em que relata momentos no qual permaneceu trancafiada em sua própria casa sem a possibilidade de pedir ajuda, configurando-se o cenário do cárcere privado. Este fato corresponde à violência patrimonial que de acordo com Souza (2007, p.51),

[...] vem a ser “qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades”.

Este contexto demarca o lar ou o ambiente doméstico como principal fator ameaçador. Galinkin (2007), afirma que muitos dos acontecimentos violentos acontecem dentro de casa, caracterizando assim, a violência doméstica. Como ficou evidente na fala descrita acima, na qual Rosa conta um episódio dessa violência.

Ao longo das entrevistas das outras mulheres, a violência no âmbito privado também fica evidente, no entanto elas reconhecem a violência no âmbito público como sofrimento, humilhação e como algo não natural. Assim, para estas mulheres a violência é questão de denúncia quando sai do âmbito privado e vai para o público.

A categoria rede de apoio originou duas novas subcategorias: **rede familiar como continuidade no processo judicial e falta da rede familiar atrelado à desistência do processo judicial**. Nessas duas subcategorias as falas das participantes evidenciam que o apoio da família vem a ser um componente importante na decisão em continuar ou não com a ação judicial contra seus companheiros. Esta categoria foi analisada por completo, ou seja, não se analisou por subcategorias, visto que o assunto é o mesmo, ou seja, a família. Portanto, apresentou-se primeiramente as falas das participantes e na sequência a análise.

A subcategoria **rede familiar como continuidade no processo judicial**, obteve frequência 2, ou seja, duas das três participantes **tiveram o apoio de suas famílias** dando assim continuidade ao processo judicial. Como evidenciam as falas de Rosa e Margarida

“[...] agora eu tô com o processo aí e assim, eu tenho que ir até o fim, porque ele não pode fazer isso com ninguém. Ele fez e não era pra ter feito [...]”, “[...] quero que essas pessoas que agridem mulheres que eles sejam presos, que paguem o que eles fizeram com elas, isso aí não têm justificativa [...]”, “[...] Sim, porque assim oh, depois eu namorei com um policial e ele me protegeu muito, daí a minha mãe ficava mais aliviada né [...]” (Rosa).

Já denunciei ele na Maria da Penha, na delegacia, falei tudo pra depois levar pro juiz né, pra ver o que ele vai fazer, tô esperando a decisão da justiça, pra ver o que vai acontecer. Então agora eu não quero mais. É definitivo [...]”. A minha família me apóia a família dele não, eles acham assim que eles são os certos, a minha diz mesmo, Margarida não sei como é que tu aguentas isso, menina vai viver a tua vida, porque ele vai te matar guria (Margarida).

Margarida desistiu da mediação familiar, lugar este que procurou para fazer a separação judicial, mas sua fala denota que escolheu o caminho da vara criminal para se afastar do companheiro com comportamento violento, ela diz estar no aguardo da justiça. É importante ressaltar que Rosa por ter sofrido uma situação de violência passou a se relacionar com policiais, ou seja, os homens com quem ela se relaciona são policiais. Isso como forma de sentir-se protegida.

Na subcategoria falta da **rede familiar atrelado à desistência do processo judicial**, a frequência foi menor, o que significa que apenas uma das participantes desistiu da ação judicial e isso por relatar que se sentia sozinha, pois, **não tinha o apoio de sua família**. Ainda ressalta que a família a acusava por sofrer tal ato, ou seja, diziam que ela tinha culpa perante a violência, comenta que a única pessoa que a apoiou foi sua mãe. Como mostra a fala de Violeta:

“[...] no meu caso eu pedi pra arquivar, porque eu sei que hoje ele não trabalha e que ele usa droga ainda, ele vende droga então ele vive disso, então como que eu vou processar uma pessoa dessa, pra depois ela vir a me agredir ou até me matar, então eu não quero continuar por causa disso, não quero continuar com esse assunto [...]”, “[...] quando foi pra gente se separar, a minha família ficou contra mim, só quem ficou do meu lado foi a minha mãe. Todos os meus irmãos ficaram contra mim e cada um ficava do lado dele. Falavam que eu era ruim, que se eu merecia que eu tinha que apanhar, porque eu trouxe ele e eu merecia tudo o que eu tava passando. Que eu tinha que sofrer pra aprender, que era uma escolha minha [...]” (Violeta).

Violeta relata que arquivou o processo judicial por não ter o apoio da família. Conta que sua família a culpabilizava por estar sofrendo violência. Além de não ter o apoio da família, existia também a questão das drogas, ou seja, seu ex-companheiro era usuário e vendia drogas, o que a deixava com muito medo, pois, a questão da droga para Violeta era uma variável importante e interferiu na sua decisão, onde o caminho encontrado por ela foi o arquivamento do processo. Nesse sentido foi possível perceber que o apoio familiar é um elemento fundamental para a separação. No momento que Violeta diz que sua família a culpabiliza pela violência, podemos fazer relação com o pensamento de Gregori (1993), onde ela afirma que a rede familiar está diretamente relacionada com a questão de gênero. A estrutura social é que descreve uma série de funções para o homem e para a mulher, como próprias ou “naturais” de seus respectivos gêneros, ou seja, o homem é ensinado a ser agressivo e a mulher, companheira e dócil. A maioria dessas funções estabelecidas pela sociedade é transmitida via família, pois, ela é a principal responsável pelas mediações culturais onde ensina-se desde o nascimento a ser menino ou menina.

As subcategorias violência **cotidiana, violência pública e rede familiar (como continuidade do processo judicial)** obtiveram maiores frequências, ou seja, foram as mais respondidas. Quando a violência se torna pública é questionada, quando a família apoia a mulher agredida é mais fácil parar com as agressões. Contudo, fica evidente que essas mulheres por si só não tem muito a fazer, é preciso contar com uma rede de apoio que as protejam para que a violência acabe. Essa rede deve perpassar desde a família até os órgãos públicos em favor de casos como o da violência.

Foi possível observar que com o apoio das famílias essas mulheres sentem-se mais encorajadas para procurarem ajuda para acabar com a violência. Para tanto, um questionamento se faz necessário: todas as três participantes realizaram o boletim de ocorrência, duas tiveram o apoio dos familiares, uma não o teve, todas relataram o uso do álcool como desencadeador da violência, duas a relação da violência com as drogas e duas entre as três participantes reconheceram a violência no âmbito público, uma reconheceu no âmbito privado. Contudo, fica aqui um questionamento: Se a violência acontecesse somente no âmbito privado seria também estranhada? Enfim, todas as participantes relataram que a violência gera sofrimento, principalmente quando essa é publicizada por meio de um tiro, de uma desqualificação na frente dos vizinhos e parentes, assim como dos colegas de trabalho. Ou seja, todas as mulheres fazem o boletim de ocorrência quando a violência passa a ser reconhecida no âmbito social, quando parentes, vizinhos e colegas de trabalho passam a conhecer o fato.

4.2 CARACTERIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA CONJUGAL NA PERSPECTIVA DE MULHERES PERPETUADA POR SEU CÔNJUGE

Neste objetivo pretendemos descrever as características da violência conjugal visando identificar qual o sentido dessa violência para mulheres que vivem nessa situação. Este foi dividido em três categorias, tais como: **tipo de violência, motivos atrelados à violência e sentido da violência**. A categoria **tipo de violência** foi subdividida em três subcategorias, são elas: **física, psicológica atrelada à desqualificação e psicológica atrelada à ameaça de morte**.

A categoria **motivos atrelados à violência** apresentou três novas subdivisões, dando origem a outras três novas subcategorias, tais como: **álcool, drogas e ciúme**. Por último vem a categoria **sentido da violência**, onde consta qual o sentido que a violência tem para essas mulheres. Nesta categoria houve uma subdivisão: **atrelado ao sofrimento**.

Tabela 2: Caracterização da violência conjugal

Categoria	Subcategoria	Frequência
Tipo de violência	Física	2
	Psicológica atrelada à desqualificação	3
	Psicológica atrelada à ameaça de morte	2
Motivos atrelados à violência	Álcool	3
	Drogas	2
	Ciúme	1
Sentido da violência	Atrelado ao Sofrimento	1

Fonte: A autora (2009)

Ao tipificar a violência é possível verificar de que forma ela se apresenta. A **violência física** obteve frequência 3, ou seja, todas as participantes relataram ter sofrido esse tipo de violência. Esta é representada pelas falas abaixo:

Aí ele começou a me dá um monte de chute, soco e falava: “agora tu vai tomar, agora tu vai apanhar”, me deu tanto, me deu tanto e me deixou caída lá no chão. Me deixou caída no chão, aí eu ganhei três pontos aqui na testa. “[...] dava um monte de soco na minha cara, dava soco, dava chute, dava tanto que a minha cara ficou bem deformada (Rosa).

“[...] foi quando ele me agrediu (faz um ano, né) (Violeta).

Em mim ele já bateu, em mim já várias vezes, já registrei várias queixas [...]” (Margarida).

Nas falas descritas acima, Rosa, Violeta e Margarida referem-se às situações de violência como perpetradas pelos companheiros com comportamentos violentos. Na fala de Rosa, a violência aparece em forma de socos e chutes. Violeta já não relata como aconteceu a agressão a que ela se refere. Margarida conta que o companheiro batia, porém não descreve com mais especificidade. Não entramos nesses detalhes por uma questão ética, pois poderia ocasionar sofrimentos. Também é importante fazer uma ressalva, pois são questões difíceis de tratar num primeiro momento, sem vínculos anteriores.

Não obstante, essas descrições configuram a violência física que de acordo com o conceito, vem a ser qualquer conduta que ofenda a integridade ou saúde corporal da mulher, é a mais visível e se caracteriza pelo dano físico ou tentativa de realizá-lo, usando da força física, armas ou qualquer objeto que possa causar lesões. (SOUZA, 2007).

A **violência psicológica** acontece em dois momentos, **atrelada à desqualificação e atrelada à ameaça de morte**. A **psicológica atrelada à desqualificação** foi a mais apresentada. Nela a frequência foi 3, o que significa que as três participantes responderam a

esta classificação. Todas as três participantes afirmaram ter sofrido esse tipo de violência. Como mostram as falas abaixo:

“[...] ele me chamava de vagabunda),me xingava horrores [...]” (Rosa).

“[...] violência de palavras também né, ele falava muitos palavrões né, então acho que já era um caso de violência né ? , “[...] sempre me xingava (Violeta).

“[...] porque ele me ofende com muitas palavras muito fortes e ela dizia pra mim: “olha, uma palavra mal usada, dói mais que uma facada e tu não conhece o meu pai direito, tu vai ver quem é o meu pai [...]”, Eu prefiro ganhar um soco dele, do que as palavras que ele me chama, ele me chama de tudo e eu me sinto muito ofendida porque eu não sou o que ele fala [...] (Margarida).

Percebe-se na fala das participantes que a violência psicológica foi muito presente. A entrevistada Rosa, conta que era chamada de vagabunda e outros “xingamentos”. Violeta reconhece os “xingamentos” como um tipo de violência, segundo sua fala é uma violência de palavras. Margarida diz preferir ganhar um soco ao ter que ouvir as coisas que ouve a seu respeito, ela não relata que coisas são essas, mas diz que uma facada dói menos do que as palavras, se refere a essas palavras como “muito fortes”.

Podemos relacionar as falas dessas mulheres com um tipo específico de sofrimento, o sofrimento social, este é marcado por humilhações, vergonha e falta de reconhecimento e segundo Carretero (2003), é um tipo de sofrimento que não tem visibilidade, ou seja, ele se insere no interior das subjetividades, não sendo compartilhado coletivamente.

Em seguida vem a **subcategoria psicológica atrelada à ameaça de morte**. Nela, duas das três participantes relataram sofrer este tipo de violência. Nesta situação a pessoa fica com medo, pensando na ameaça, passa a conviver com receio, pois, percebe que essa ameaça pode de fato acontecer. Como colocam as falas a seguir:

Eu levei um tiro na cabeça, ele tava no dia que eu sofri esse tiro, ele me ameaçou com a arma. Eu vi a imagem dele todo o tempo (por isso acho que isso tem a ver com ele) (Rosa).

“[...] a última vez dia 21 agora terça feira de páscoa, ele queria me matar, ele tentou me matar, arrancou até um pedaço de madeira, assim do bercinho do nosso neto né [...]”, “[...] aí ele arrancou um varão do bercinho pra tentar me matar, aí eu empurrei ele, daí ele caiu então assim e me deixou muito traumatizada [...]”, “[...] ele volta, já metendo os pés na porta, já querendo me matar, me esganar (Margarida).

Rosa e Margarida relatam momentos em que foram submetidas à ameaça de morte, ou seja, relatam as ameaças que viveram. Contam em que situações essas ameaças

aconteceram. Rosa diz ter sofrido um atentado no trabalho, conta que levou um tiro no olho, fala que na hora do tiro teve a sensação de estar vendo o seu ex-companheiro e por isso acha que ele foi o responsável pelo ocorrido. Margarida revela um acontecimento onde seu companheiro arranca um pedaço de madeira para atingi-la no pescoço. Dessa forma, discursos como estes, demonstram que a violência psicológica aparece em comportamentos que causam danos à auto-estima, identidade e desenvolvimento da vítima, prejudicando ou perturbando o pleno desenvolvimento da mulher através de: ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir. Ou ainda algo que vise degradar ou controlar ações, comportamentos, crenças e decisões, ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e a autodeterminação. (SOUZA, 2007).

Aqui cabe ressaltar que essas violências hoje são motivos de estranhamentos e de enfrentamento. A Lei 11.340/06 dispõe em seu capítulo II, seção III, algumas medidas protetivas de urgência à ofendida, ou seja, medidas que garantem a segurança da mulher. Essas encontram-se no artigo 23 desta lei:

I - encaminhar a ofendida e seus dependentes a programa oficial ou comunitário de proteção ou de atendimento; II - determinar a recondução da ofendida e a de seus dependentes ao respectivo domicílio, após afastamento do agressor; III - determinar o afastamento da ofendida do lar, sem prejuízo dos direitos relativos a bens, guarda dos filhos e alimentos; IV - determinar a separação de corpos. (SOUZA, 2007, p.123).

No entanto, Rosa e Violeta foram nas audiências tiveram a prescrição de medidas protetivas, porém, Violeta teve seu processo arquivado. Aqui valeria outra pesquisa para saber os motivos desse arquivamento, que relação é essa que é estabelecida nas audiências.

A categoria **motivos atrelados à violência** acompanha três subcategorias, como: **álcool, drogas e ciúme.**

Em relação ao álcool foi a mais apresentada. Todas as participantes comentaram que o álcool foi o principal motivo para justificar o ato de violência. De acordo com as falas a seguir foi possível de se observar isso.

Quando ele bebia, ou senão ele cismava com alguma coisa só pra ter vontade de brigar comigo, ele bebia um monte, daí quando ele tava bem bêbado ele vinha pra cima de mim (Rosa).

Quando ele precisava de dinheiro pra sair, pra beber [...]” (Violeta).

“[...] pelo jeito assim eu acho que é porque eu digo assim: “eu não vou”, aí ele vai e quando ele volta, volta super bêbado, já metendo os pés na porta, já querendo me matar, quando ele bebe perde as estribeiras (Margarida).

Rosa, Violeta e Margarida referem o álcool como um dos fatores fundamentais para justificar os comportamentos violentos por parte dos companheiros. Denotam não precisar de motivos concretos para que as brigas aconteçam, ou seja, basta que os companheiros estejam bêbados para que as brigas comecem. Sendo assim, Gregori (1993), afirma que o álcool aumenta a agressividade em latência nos homens. É por causa dele que muitos homens sentem-se legitimados para cometerem tal ato. A disfunção que existe se torna visível através do álcool e isso potencializa uma tendência à agressividade propriamente masculina.

Com relação às drogas, a frequência foi menor, o que quer dizer que duas das três participantes relataram que a droga é um dos desencadeantes da violência. Assim as falas a seguir confirmam.

Eu acho que usava, porque me falavam que ele tava cheirando e ele também vendia, ele tava vendendo, ele tava no tráfico (Rosa).

Ele usava droga né, então aí ele não deixava ninguém chegar perto de mim e nem entrar na minha casa, só a minha mãe ele deixava (Violeta).

Nas falas acima, as entrevistadas Rosa e Violeta se referem aos companheiros como usuários de drogas, relatam que ambos faziam parte do tráfico, ou seja, além de usarem drogas contam que os mesmos também vendiam.

De acordo com a revista brasileira de psiquiatria de 2005, o álcool age frequentemente como um desinibidor, facilitando a violência. Outros estimulantes, tais como a cocaína, o crack e as anfetaminas, também estão envolvidos com frequência nos episódios de violência e agressões, reduzindo o controle dos impulsos e aumentando os pensamentos paranóicos (persecutórios). As duas participantes que falaram a respeito do uso de droga por parte de seus companheiros, atrelaram que o álcool e as drogas são causas reais da violência no lar.

As subcategorias ciúme apresentou frequência 1, ou seja, somente uma participante respondeu. De acordo com a fala descrita abaixo, o ciúme foi o motivo gerador de violência.

“[...] só que ele tinha um ciúme doentio né, ele não deixava eu ter amigos, aí a minha família não podia entrar dentro da minha casa, ele insultava a minha mãe, ele era muito ciumento (Violeta).

Violeta relata que o seu companheiro era muito ciumento, afirma que o ciúme “doentio” do companheiro o cegava, pois, ele não a deixava chegar perto de homem nenhum, a proibia de ver o pai, os irmãos e os sobrinhos. Também não deixava ninguém entrar em sua casa, somente a mãe de Violeta. Dessa forma de acordo com os estudos de Seo (2005), o ciúme pode interferir na dinâmica do relacionamento conjugal, é um sentimento que produz angústia, raiva, desconfiança, baixa auto-estima, insegurança e tensão nos parceiros, podendo culminar na violência (agressões físicas, homicídios e/ou suicídios), prejudicando assim a relação afetiva. Ele é inevitável, porque em maior ou menor grau, todos estão sujeitos a ele, também aparece como uma resposta negativa frente a uma ameaça da perda do parceiro íntimo.

De acordo com a teoria, a violência cometida contra a mulher é necessariamente uma violência de gênero e isto segundo o modelo feminista. O que significa que é uma violência masculina que se exerce contra as mulheres devido à necessidade dos homens de controlá-las exercendo sobre elas seu poder. (SOARES, 1999). Saffioti (1999), revela que vivemos em uma sociedade de ordem patriarcal, onde possuem leis elaboradas por homens para serem obedecidas por mulheres.

Por último vem a categoria **sentido da violência**. Nela a participante Margarida **atrela a violência ao sofrimento**, ou seja, no seu discurso apresentou-se um significado, um sentido atribuído a violência. Como demonstra a fala abaixo:

Pra mim é a pior coisa que tem, pra mim é a pior coisa que tem principalmente assim o marido com a mulher, o marido com os filhos. Eu acho assim, pra mim é a pior parte assim comigo, assim a coisa mais errada pra mim é isso aí, violência, não tem coisa pior (Margarida).

Margarida atribui à violência como algo ruim, como algo que não tem justificativa, para ela a violência é a “pior coisa que existe”. Podemos aqui fazer uma ressalva quanto à questão do sofrimento frente à violência, ou seja, no sentido de dizer que as outras duas entrevistadas (Rosa e Violeta), não se referiram à violência como algo ruim ou como Margarida coloca “a pior coisa que tem”, no entanto, percebemos em seus relatos, que esse sofrimento também existe, ele só não foi verbalizado como na fala de Margarida, mas apareceu o tempo todo no decorrer das entrevistas, onde todas as participantes descrevem o cenário violento a que estavam submetidas, seus sofrimentos decorrentes disso e seus estranhamentos frente a essas vivências.

Nesse sentido, os atos de violência no vínculo conjugal, sejam eles físicos,

psicológicos ou sexuais remetem a um cenário já pré-estabelecido, onde marido e mulher conhecem seus papéis e repetem atitudes que oscilam entre o amor a dor, tendo ou não motivos para que a violência aconteça.

No segundo objetivo foi possível identificar que as subcategorias **física, psicologia atrelada à desqualificação e a subcategoria álcool** foram as que mais ganharam destaque. Todas elas apresentaram frequência 3, ou seja, as três participantes responderam a estas questões. Reconhecendo a violência física e a violência psicológica como formas de violência mais comum entre os casos, atrelando o álcool como principal desencadeante dessa violência.

Contudo, a violência para essas mulheres muitas vezes era percebida como algo natural apesar do sofrimento, porém, a partir do momento que elas escolhem fazer a denúncia, essa violência passa a ser desnaturalizada, ou seja, estranhada, gerando assim uma nova visibilidade frente suas vidas, onde elas enxergam que existem outras formas de se viver e que a violência não era o único caminho.

4.3 IDENTIFICAÇÃO DO SIGNIFICADO DE RELAÇÃO CONJUGAL PARA MULHERES QUE VIVEM EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA

Neste objetivo procurou-se descrever o significado de relação conjugal para mulheres em situação de violência, ou seja, o que elas entendem por relação conjugal ou ainda por casamento e conjugalidade e qual o sentido que dão para a relação violenta.

Este objetivo foi dividido em cinco categorias, como: **casamento, crença na mudança do companheiro, ser mulher, existência do projeto de conjugalidade e violência como impedimento do projeto conjugal**. Todas as categorias com exceção da última (violência como impedimento do projeto conjugal) foram subdivididas, dando origem a novas subcategorias.

A categoria **casamento** foi subdividida em três subcategorias, tais como: **atrelado a idéia de convivência e companheirismo, atrelado à religiosidade e atrelado ao financeiro**. Na categoria **crença na mudança do companheiro** a subdivisão foi da seguinte maneira: houve a **reincidência da violência**. Quanto à questão do **ser mulher**, outras três subcategorias foram acrescentadas: **atrelado ao sofrimento, atrelado aos direitos e atrelado a maternidade**. Dando sequência, a categoria **existência do projeto de conjugalidade** foi

subdividida em outra subcategoria, tal como: **atrelado ao respeito na relação conjugal**. Por último vem a categoria **violência como impedimento do projeto de relação conjugal**, esta não foi subdividida.

Essas categorias são mostradas na tabela abaixo:

Tabela 3: Identificação do significado de relação conjugal

Categoria	Subcategoria	Frequência
Casamento	Atrelado a idéia de convivência e companheirismo	2
	Atrelado à religiosidade	1
	Atrelado ao financeiro	1
Crença na mudança do companheiro	Reincidência da violência	2
	Atrelado ao sofrimento	2
Ser mulher	Atrelado aos direitos	1
	Atrelado a maternidade	2
	Atrelado ao respeito na relação conjugal	1
Existência do projeto de conjugalidade		
Violência como impedimento do projeto conjugal		2

Fonte: A autora (2009)

A categoria **casamento** veio demonstrar o que as mulheres entendem por casamento e conjugalidade. Nela a idéia de **convivência e companheirismo** está presente na fala de duas das três participantes, o que quer dizer que a frequência foi 2. Como representam as falas a seguir:

“Estar casada é ter amizade, pra mim assim é não ter violência dentro de casa, tudo tem que ter conversa, eu conversava um monte com ele, mas não adiantava, ele falava só palavrão [...]” (Rosa).

“É morar junto com a pessoa, é a convivência, é companheirismo, acho que tudo envolve né (Violeta).

Aqui Rosa e Violeta demonstram que estar casada vai além da questão de moradia, ou seja, não significa morar debaixo do mesmo teto, vai além disso. Estar casada significa aliança, não só a que é colocada no dedo como símbolo do matrimônio, mas aliança com os significados de amizade, companheirismo dando sentido à convivência entre duas pessoas.

Assim de acordo com Araújo (2002), o significado de relação conjugal está atrelado à intimidade que existe entre o casal, no qual a amizade e o companheirismo são

constituintes do vínculo jurídico entre um homem e uma mulher. Através deste vínculo a convivência entre duas pessoas torna-se possível.

De acordo com a concepção de **religiosidade**, o casamento também pode vir acompanhado por crenças e valores, onde muitas vezes o “mito” do “até que a morte nos separe”, parece realmente existir. Isso fica claro com a fala abaixo onde uma das três participantes relata a importância que a palavra casamento tem para sua família.

“[...] a família se mete porque a minha família é do sítio né e o casamento pra eles é Deus no céu e o casamento na terra (Margarida).

Neste trecho da fala da participante Margarida, ela conta que para a sua família o casamento é para a vida toda e tem suas “complicações”, ou seja, tem momentos bons, mas também vem acompanhado por momentos ruins, onde “*nem tudo é um mar de rosas*” (*sic*). Margarida ainda relata que por esse motivo demorou para tomar a decisão de separar-se de seu ex-companheiro, suportando assim a violência. Martelli (1995), aponta a religião como um “depositor” de significados culturais, onde os indivíduos são capazes de interpretar a própria condição de vida, construir para si uma identidade e dominar o próprio ambiente.

O casamento tradicional começa então a ganhar outro significado, onde a dominação masculina adquire outra forma de casamento, agora a mulher reivindica igualdade. O divórcio então, coloca-se como uma alternativa para relacionamentos que perdem o sentido, ou seja, que não mais compartilham dos mesmos ideais. Esse é o grande desafio que os casais modernos vêm enfrentando nos dias de hoje, o que os faz pensar em novas significações para o casamento. Mas de acordo com Araújo (2002) muitas mulheres atrelam casamento como algo “para sempre”, para tanto o que as faz permanecer em relacionamentos violentos é a idéia de uma família idealizada. Porém, muitas mulheres como Margarida procuram mudar esta questão, resignificando suas vidas onde a idéia de casamento como algo “sagrado e para a vida toda” começa a ser questionada.

A idéia de casamento **atrelado ao financeiro** obteve frequência 1, o que quer dizer que somente uma das três participantes respondeu a esta subdivisão. De acordo com a seguinte fala:

“[...] só queria ficar o dia inteiro em casa e eu ralando, agente pagava aluguel e eu é que pagava tudo, ele não ajudava em nada (Violeta).

A participante Violeta se queixa ao falar que seu ex-companheiro não ajudava nas despesas da casa, ela era a única responsável pelas finanças. Assim como Violeta outras

mulheres são responsáveis pelo sustento do lar. Dessa forma de acordo com o pensamento de Strey (1997), em alguns casos, muitos homens acabam ficando em casa se responsabilizando pelo trabalho doméstico e pelo cuidado com os filhos. Deixando a mulher como a provedora do sustento do lar. Para a autora, o homem fica com o trabalho invisível e a mulher com o poder econômico. Portanto, é por esse motivo que muitas mulheres sentem-se sobrecarregadas. No entanto, Violeta não tem filhos e o cuidado do lar também não é exercido pelo seu companheiro.

Na categoria **crença na mudança do companheiro** foi possível perceber uma **reincidência na questão da violência**, esta obteve frequência 2, ou seja, duas das três participantes relataram dar um voto de confiança para seus companheiros, porém, esse voto se transformou em ilusão. Como demonstram as falas abaixo:

“[...] eu sofria um monte na mão dele, ele falava ah, eu vou melhorar, daí ele não melhorava e sempre me batia, ah, eu vou melhorar por causa do meu filho, daí né como eu amava ele eu ficava. Ele já tinha um histórico, mais assim oh, como eu era menor, não sei o que, ele dizia que isso não ia mais acontecer. Mas eu fui morar com ele e aconteceu comigo (Rosa).

“[...] ele ficou assim meio ano, assim normal sabe, sem me bater, aí ele viu que eu não fiz mais nada, aí começou tudo de novo. Sabe não é a primeira vez que ele dá um tempo e volta tudo de novo (Margarida).

Rosa e Margarida acreditaram realmente que seus companheiros mudariam e por esse motivo deram novas chances para eles, porém essa mudança nunca acontecia o que fazia com que elas voltassem a sofrer violência. A crença na mudança dos maridos de acordo com Grossi (1998), vem a se destacar pela chamada fase de “lua de mel” onde tudo parece voltar ao “normal”, ou seja, tudo volta a ser como antes, como era no começo do relacionamento. Neste sentido, os episódios de violência não ocorrem de forma permanente, ou seja, ocorrem por ciclos, o que significa que em momentos onde os membros da família não estão enfrentando a fase mais “preocupante” do ciclo, existe uma interação afetiva, mesmo correndo o risco da situação de violência voltar a acontecer. Sendo assim, o amor coexiste junto com a violência, caso contrário não seria possível a existência do ciclo.

A categoria **ser mulher** foi analisada a partir das falas de todas as entrevistadas, visto que todas as falas denotam papéis atribuídos à mulher, ou seja, fazem parte do significado que a sociedade dá a mulher. Para tanto as falas das participantes estão divididas por subcategorias.

Quanto ao sofrimento, foi possível identificar duas falas, ou seja, duas entre as três participantes responderam a esta questão, como podemos ver a seguir:

É tudo, eu amo, eu gosto muito de ser mulher, mas assim oh, tem essas partes que a gente faz tanto e sofre né, uma hora eu não quero ser mulher porque a gente sofre tanto né. Eu me acho uma guerreira, tudo o que eu passei, agora eu tô aqui viva, tô forte né, eu me sinto uma pessoa forte pra dá um fim nisso [...]” (Rosa).

“[...] mulher apesar de que ela sofre mais né, trabalha mais né, não é só no emprego, tem a casa, tem tudo né [...]” (Margarida).

Rosa e Margarida relatam a respeito do sofrimento que a mulher tem durante sua vida e do quanto muitas vezes não são valorizadas e/ou reconhecidas pelo o que são e pelo o que fazem. Rosa se refere à mulher como forte, relata que se vê como guerreira, pois, está conseguindo “superar” os momentos ruins que passou ao lado de seu companheiro com comportamento violento. A violência doméstica não se restringe somente ao ambiente doméstico, ou seja, relaciona-se também às interações privadas. Para Grossi (1998), a violência contra a mulher vem com a mesma carga emocional e/ou social da violência doméstica e não se limita à família, trata-se portanto, das agressões sofridas no âmbito do casamento ou de relações afetivas e por isso muitas vezes violência doméstica e violência contra a mulher são usadas como sinônimas.

A questão dos direitos atribuídos à mulher, obteve frequência 1, o que quer dizer que somente uma entre as três participantes falou a respeito desta subcategoria, tal qual a fala a seguir:

Pra mim ser mulher é uma coisa maravilhosa, porque agente tem muitos direitos, agente gosta de se vestir, agente gosta de sair, gosta de viver bem [...]” (Violeta).

Diferente de Margarida e de Rosa, Violeta aponta o reconhecimento dos direitos atribuídos à mulher como, por exemplo, a própria lei Maria da Penha em favor das mulheres. Sendo assim, esta fala de Violeta nos remete a uma reflexão que envolve o Direito da mulher, que nesse sentido, pode ser tomado como expressão de uma situação social específica onde a disputa simbólica e política, vem se estabilizando através de transformações como a do movimento feminista das décadas de 1970 e 1980 no Brasil. A exemplo dos direitos humanos, temos as conferências internacionais que visam a igualdade entre os sexos, ou seja, homem e mulher possuem os mesmos direitos. Tais conferências são: II Conferência Internacional de Direitos Humanos, realizada em Viena em 1993; Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, realizada no Cairo, em 1994, e a IV Conferência Mundial sobre Mulher, ocorrida em Pequim no ano de 1995. Desde o ano de 1975, na I Conferência Mundial da Mulher, realizada no México, seguindo-se a II e III Conferências, respectivamente, em

Copenhague, 1980, e em Nairobi, 1985, vem sendo pensado significados do que seriam as discriminações sofridas pelas mulheres. Outro ponto importante na construção dos direitos humanos da mulher em 1979 foi a CEDAW (Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a mulher), onde são discutidas formas de eliminação da discriminação e do preconceito atribuídos à mulher. (VIANNA; LACERDA, 2004).

Para tanto segundo Vianna e Lacerda (2004), a igualdade entre homens e mulheres deve ser pensada como um direito e como um valor a ser assegurado no Brasil e no mundo. Dessa forma de acordo com os mesmo autores, preocupações com a situação da mulher, quanto ao trabalho, aos direitos políticos, à prostituição e ao seu comércio, vão sendo firmadas. No entanto, Chauí (2000), diz que a existência de uma declaração de direito à igualdade não faz com que todos sejam iguais, ou que todos sejam beneficiados, mas a partir desta, abre-se espaço para que se busquem resoluções. Porém é importante ressaltar que quanto à aplicabilidade da lei Maria da Penha, principalmente por alguns operadores de Direito, alguns acreditam ser ela um grande passo para a garantia dos direitos da mulher, enquanto outros destacam a inviabilidade e sua difícil aplicação, o que indica a dificuldade em conceber mudanças efetivas em relação às questões de gênero, evidenciando a existência de uma sociedade organizada em padrões em que inexistem condições sociais igualitárias, sendo necessário efetivar novas condutas masculinas e femininas, refazendo as relações de poder que subjagam às mulheres. É preciso, portanto, repensar, será que as mulheres têm de fato a garantia da efetivação da Lei?

A importância da Lei não se resume em apenas punir o agressor pela violência doméstica, pois muitas vezes, outros tipos de violência sociais estão relacionadas, em virtude disso muitas são as críticas referentes à Lei Maria da Penha.

Por último vem a subcategoria **atrelado à maternidade**, nesta a frequência foi 2, ou seja, duas participantes responderam a esta questão. Isso fica evidente com as falas abaixo:

“[...] o meu filho é meu amigo, ele me dá carinho. Eu não preciso nem arrumar namorado, agora eu não tenho, meu filho me dá carinho. Conversa mãe porque tu tá assim? É uma maravilha, é um amigo, meu filho é tudo pra mim (Rosa).

Ah, eu acho bonito ser mulher, eu gosto de ser mulher, a gente tem os filhos da gente, tem a casa da gente assim, eu prefiro, se eu voltar em outra encarnação eu queria voltar mulher de novo [...]”, Ser mãe é uma experiência ótima, meus filhos nunca me incomodaram né, nunca deram desgosto, apesar de ter um pai assim como eles tem né, nunca tiveram vícios, eles não fumam, eles trabalham, não são mau criados nada, é ótimo, procura ser que tu vai gostar (Margarida).

Aqui as participantes Rosa e Margarida falam da experiência de ser mãe, do quanto é gratificante e dos filhos maravilhosos que têm. Rosa principalmente diz não precisar

de outro relacionamento afetivo porque o carinho e a companhia do filho para ela é o suficiente. Margarida fala do quanto a beleza da mulher está presente em sua vida, ou seja, fala a respeito da beleza da maternidade e das coisas que ela possui com o esforço do trabalho. Nas falas as entrevistadas atribuem suas realizações através do convívio com os filhos.

Dessa forma de acordo com Gregori (1993), a mulher possui uma forma de “ser para o outro” e isso em função da maternidade. Para a autora a imagem feminina foi sendo construída, dando um lugar à mulher. Lugar este destinando ao espaço privado, ou seja, ao doméstico. Essa condição é definida em função de construções ideológicas onde tomam o corpo feminino pelo seu atributo biológico naturalizando tudo o que é referido à mulher. Sendo assim, a partir dos estudos dos papéis de gênero, podemos diferenciar alguns relacionamentos dependendo das interações existentes entre os casais. Em nossa sociedade tradicional podemos perceber valores patriarcais, ou seja, encontramos famílias tradicionais com características patriarcais. O que significa que os papéis de gênero colocam os homens em situação de dominação com relação às mulheres. Sendo assim, os homens ganham maior status, maior reconhecimento, ficando a mulher na posição de um ser subordinado, desempenhando tarefas de menor valor.

Strey (1997), diz que essa questão foi ensinada sistematicamente, ou seja, a mulher aprendeu que deveria ser uma ótima dona de casa, incansável mãe para seus filhos e ainda mais, não podia se quer possuir uma profissão reconhecida socialmente. A autora ainda afirma que existia uma crença onde as donas de casa gozavam de boa situação, onde eram bem cuidadas e por isso não podiam se queixar. A mulher profissional e sexual era ignorada, seus desejos e seus trabalhos não eram valorizados nem reconhecidos e muitas vezes não possuíam remuneração. A família se modifica em função de uma reformulação desses contextos, no qual novas possibilidades são inseridas, mudando a valoração dos papéis de gênero masculino e feminino em diferentes culturas. Dando a mulher condições para ocupar novos espaços.

Referente à **existência do projeto de conjugalidade**, uma entre as três participantes **atrelada o respeito como forma de estabilidade na relação conjugal**. Como de acordo com a fala a seguir:

“[...] num relacionamento acho que tem que ter um respeito mútuo pra que a gente conviva bem né, acho que a partir do momento que perde o respeito entre o casal é que aí é mais fácil pra partir pra violência, pra violência física, né (Violeta).

A participante Violeta se refere ao relacionamento conjugal como constituinte de um respeito mútuo para que não ocorra a situação de violência. Violeta afirma que só assim é possível se ter um relacionamento benéfico, tornando a companhia da outra pessoa agradável e desejada. Essa idéia de compartilhamento de uma vida a dois é explicado por Borges (2004), como um tipo de amor destinado à amizade, o amor *Philia* que implica num desejo de compartilhar a companhia da outra pessoa através do prazer e da virtude. Implica também em querer o bem do outro, tornando mútua à amizade, onde um deseja o bem do outro de forma agradável.

Por fim, na categoria **violência como impedimento do projeto conjugal**, foram apontados dois relatos, ou seja, duas entre as três participantes afirmam não quererem outro relacionamento afetivo, isso devido às marcas que a violência deixou na relação de conjugalidade que viveram. Como demonstram as falas abaixo:

Não, no começo foi tudo maravilha, porque nós não morava totalmente junto né, depois que nós começamos a morar junto, é que eu conheci ele né, que ele era uma pessoa violenta né, porque eu não sabia que ele era assim. No momento assim, eu não penso em voltar, eu não quero mais voltar, eu não quero passar por tudo de novo [...]”, Ah, se eu pudesse voltar o meu tempo atrás nunca mais, acho que quando eu me livrar dele homem na minha vida nunca mais, do portão pra dentro não, não vou dizer que eu não vou dá uma volta, sair né, me divertir um pouquinho, agora do portão pra dentro homem nunca mais. Estar casada pra mim ficou assim oh, eu tô muito traumatizada [...]” (Margarida).

No começo nossa, eu queria engravidar, né, mas eu via que a gente não tinha nada dentro de casa e não tinha como criar, aí quando eu via a forma que ele tava mudando sendo violento comigo, eu ficava pensando, não, não é isso que eu quero [...]” (Violeta).

As falas de Margarida e Violeta retratam os sonhos e planos que foram inviabilizados devido à violência. Margarida não deseja ter outra relação de conjugalidade e Violeta aponta a vontade de engravidar, porém afirma que diante da situação de violência repensou o fato adiando assim o desejo de ser mãe.

Pode-se relacionar falas como essas com o pensamento de Féres-Carneiro (1998), segundo a autora, as relações conjugais se estabelecem no encontro de duas identidades, onde cada uma individual/social ao viverem um projeto de conjugalidade, se definem como *díade* e como ser único. No entanto, surge uma relação de alteridade, onde cada identidade, na consciência da diferença do outro, se resignifica. Assim, as representações sociais em relação à alteridade, são entendidas como identidades, afetos, conceitos, representações e sentimentos. É necessário lembrar, portanto, que o planejamento de uma vida a dois, uma vez inviabilizado pode evoluir para a utilização da violência nos relacionamentos conjugais e esta violência é

fundada nas concepções do que é ser homem ou do que é ser mulher.

Contudo, neste objetivo foi possível perceber que em quase todas as categorias uma ou duas participantes respondiam aos assuntos pertinentes as discussões de casamento e conjugalidade. Não obstante, foi possível concluir que a concepção de casamento para muitas mulheres está “empregada” a família, ou seja, aos valores que são aprendidos durante gerações. Fazendo uma analogia com o “mito” da criação da humanidade, no qual Deus fez a mulher para servir de companheira ao homem, como retrata uma passagem bíblica que da costela de Adão surgiu à mulher (no caso Eva), percebe-se que a mulher já vem como um “subproduto” do homem. No entanto, essa questão passa a ser “desmistificada” por mulheres como Rosa, Violeta e Margarida, pois, mesmo sofrendo violência acreditam que a mulher tem o mesmo valor que o homem e ao denunciarem seus companheiros passam a exigir justiça, respeito e igualdade entre os gêneros.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A violência é um fenômeno complexo, para tanto, descrever a concepção de violência e conjugalidade para mulheres que viveram situações de violência conjugal foi o foco desta pesquisa. Foi um tanto quanto difícil, visto que esse é um tema muito doloroso, não só para quem está relatando, mas também para nós enquanto pesquisadoras, pois, é um tema cercado de crenças, valores e costumes e muitas vezes entender os motivos presentes numa relação violenta, torna-se inviável, pois, cada pessoa entende a violência de uma forma e são vários os motivos geradores dessa violência. Todos os motivos geradores de violência são de fato motivos de denúncia, porém, para algumas mulheres, esses motivos são sempre passíveis de mudança, foi assim com nossas entrevistadas, todas elas esperaram um tempo para fazer da relação objeto de denúncia. Por vezes, ouvir os relatos dessas mulheres foi muito “revoltante”, pois, aos nossos olhos todas as formas de violência devem ser extintas. É importante ressaltar também que o nosso tempo de pesquisa foi muito pequeno, visto a complexidade do tema. Não obstante uma rede de apoio social constitui uma estrutura intermediária entre o mundo subjetivo da mulher e as instituições econômicas, políticas e sociais que sustentam valores e normas referentes à mulher, ao casamento, à família e à violência.

Foi possível identificar no discurso das participantes da pesquisa, o quanto apoio social e familiar funcionam como peças fundamentais na decisão de cessar a conduta violenta a que foram submetidas. A violência no âmbito privado fica evidenciada, no entanto as participantes reconhecem a violência no âmbito público como sofrimento, humilhação e como algo não natural. Para estas mulheres a violência é motivo de denúncia quando vai para além do âmbito privado e fica evidente no âmbito público. As entrevistadas Rosa e Margarida relatam que tiveram o apoio da família e por isso deram continuidade no processo judicial. Violeta não encontrando o apoio que precisava na família, resolveu arquivar o processo judicial. Rosa ainda busca esse apoio relacionando-se com homens com profissões que à protejam, relata que só namora policiais. É importante ressaltar que todas as entrevistadas fizeram o boletim de ocorrência quando a violência passou a ser reconhecida no âmbito social, quando parentes, vizinhos e colegas de trabalho passaram a reconhecer o fato.

A cidadania da mulher agredida deve ser abordada como um tema que possa implicar o reconhecimento da mesma como indivíduo, portadora de direitos definidos em função de leis gerais para toda a sociedade. Desse modo, não se pode entender a violência como uma questão privada, que deve ser tratada na intimidade do lar, pois ela demanda

soluções no âmbito da saúde, educação, trabalho, segurança, e essas são questões públicas e comunitárias.

Nos relatos das mulheres como Rosa, Violeta e Margarida, por exemplo, foram o álcool, as drogas, o ciúme e até mesmo a orientação sexual os motivos desencadeadores da violência. Para Margarida vem a questão da bondade do marido, ou seja, ela o vê com um homem bom, mas que bebe. Para ela seu marido era muito bom, sempre pagava as contas em dia e era um bom pai. Ela relata ainda que ele preferia ficar sem comer a ter que atrasar uma conta, pois, ele é uma pessoa muito honesta, o problema está na bebida. Para ela o lar é destruído por causa da bebida. Rosa relata que o destino foi responsável pela situação de violência que “precisou” passar, visto que segundo ela, foi o companheiro que a escolheu, o relacionamento foi se firmando sem que houvesse, segundo o seu relato, qualquer iniciativa sua em se aproximar do companheiro, ela foi deixando que ele a tocasse, até que engravidou e casou. Ela atribui a ele a sua ingenuidade, pois fez algo que considerava errado: engravidar antes de se casar e casar com um homem cujo destino era beber, drogar-se e bater (violentar). A entrevistada Violeta traduz a violência como uma vida de privações que a obriga a trabalhar fora sustentando o lar, situação que considera como “desordenadora”.

No entanto os principais motivos que levaram as entrevistadas Rosa, Violeta e Margarida a permanecerem na relação violenta por algum tempo, foram os filhos, a influência da família e a crença na mudança dos companheiros. Portanto, fica aqui um questionamento a ser pensado: tanto se fala na violência contra a mulher, é um tema em evidência na mídia, porém o acesso à mulheres em situação de violência não é tão fácil assim. É importante ressaltar que durante a realização desta pesquisa, muitas dificuldades foram encontradas, visto que por inúmeras vezes não foi possível realizar as entrevistas, pois, nos deparamos com muitas mulheres querendo permanecer em silêncio. O intuito era entrevistar cinco mulheres, mas só conseguimos três. Nem mesmo a entrevista piloto foi possível realizar, os relatos das tentativas frustrantes eram sempre os mesmos: “*não quero falar, pois, para continuar com ele decidir colocar uma pedra no assunto*” (sic), ou ainda “*já dei o primeiro passo, criei coragem para denunciá-lo, dar uma entrevista é muito para mim, não quero falar a respeito*” (sic). Essas mulheres pensam muito antes de dar o primeiro passo, o de denunciarem seus companheiros com comportamentos violentos, no entanto, quando elas conseguem de fato fazer essa denúncia, a justiça as chama para uma audiência de ratificação, onde irão questioná-las se elas querem ou não dar continuidade ao caso, foi isto que aconteceu com as participantes desta pesquisa.

Ficam aqui algumas perguntas: será que a própria justiça não está sendo negligente em casos como estes que envolvem a violência conjugal? Em decorrência disso surge um novo tema a ser pesquisado, visto a necessidade de se investigar a relação que o poder judiciário estabelece com as mulheres nas audiências. Elas são autorizadas, legitimadas em dar continuidade ao caso ou são desencorajadas em não continuar com o processo.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Maria de Fátima. **Amor, casamento e sexualidade: velhas e novas configurações**. *Psicol. cienc. prof.* [online]. jun. 2002, vol.22, no.2 [citado 15 Outubro 2008], p.70-77. Disponível em: <[pepsic.bvspsi.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141498932002000200009&lng=pt&nr... - 47k](http://pepsic.bvspsi.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141498932002000200009&lng=pt&nr...-47k)>. Acesso em: 20 out. 2008.

ÁVILA, Eliete Matos. **Mediação familiar**: Formação de Base. Maio, 2004.

BANDEIRA, Lourdes, FUINI, Silvana Cruz. **Igualdade de Gênero – um novo desafio para as políticas e ações em saúde no estado de Goiás**. Disponível em: <www.goias-quebec.com/app/DocRepository/17/EquiteDesGenresEtADS/ARTIGOIgualdadeDeGenero.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2008.

BARCELLOS, G. H. **Atuação das delegacias especializadas da mulher do estado do Espírito Santo**. In: CAMACHO, T. (Org.). *Ensaios sobre violência*. Vitória: EDUFES, 2003. p. 115-167.

BARDIN, L.. **Análise de conteúdo**. 3. ed. Lisboa: Edições 70, 2004.

BORGES, Bruna Angélica. **A importância da atuação da mulher na sociedade**. In: Brasil. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. 3º Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero – Redações e artigos científicos vencedores – 2008. Brasília: Presidência da República, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2008.

BORGES, Maria de Lourdes Alves. **Amor**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

BRAHA. **Violência doméstica, abuso de álcool e substâncias Psicoativas**. Disponível em: <<http://www.braha.org/pt/cultura-das-drogas/55>>. Acesso em: 11 mar. 2009.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Programa de Prevenção, Assistência e Combate à Violência Contra a Mulher – Plano Nacional**: diálogos sobre violência doméstica e de gênero: construindo políticas públicas.

BRASIL, Valéria Rocha. **Família e drogadição**. In: CERVENY, Ceneide M. de O. **Família e...: Comunicação, divórcio, mudança, resiliência, deficiência, lei, bioética, doença, religião, drogadição**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

Brasília: A Secretaria, 2003. 68 p. Disponível em: <<http://www.papai.org.br/admin/biblioteca/arquivos/20080731121937.pdf>>. Acesso em: 11 mar. 2009.

BREITMAN, G.S., STREY, M. N. **Questões de gênero**: Com a palavra, mediadores e mediadoras. *Psicol. Argum.*, Curitiba, v.24, n. 46, jul./set.2006. Disponível em: <www.biblioteca.redepsi.com.br/browse/index/11?sortId=&recordsPage=3-22k>. Acesso em 01 out. 2008.

CARRETEIRO, Teresa Cristina. **Sofrimentos sociais em debate**. *Psicol. SP*. v.14, n. 3. São Paulo, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-65642003000300006&script=sci_arttext&tlng=pt>. Acesso em: 01 out. 2008.

CAVENAGHI, et al. **A violência contra as mulheres no Rio de Janeiro**: uma análise sobre os padrões de violência a partir dos dados do Disque-Denúncia. *ST 35 – Violência de Gênero e saúde da mulher*, ago.2008. Disponível em: <www.fazendogenero8.ufsc.br/sts/ST35/Cavenaghi-Machado-Blavatsky_35.pdf>. Acesso em 18 ago. 2008.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil**: mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

COSTANZE, BUENO. **Violência contra a mulher**. Disponível em:<http://buenoecostanze.adv.br/index.php?option=com_content&task=view&id=914&Itemid=27>. Acesso em: 18 ago. 2008.

DAY, et al. **Violência doméstica e suas diferentes manifestações**. *Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul – SPRS*.março.2003. Disponível em:<www.scielo.br/pdf/rprs/v25s1/a03v25s1.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2008.

DINIZ, M. H. **Curso de direito civil brasileiro: direito de família**. 20. ed. v. 5. São Paulo: Saraiva, 2005.

FÉRES-CARNEIRO, T. Casamento contemporâneo: o difícil convívio da individualidade com a conjugalidade. **Psicologia: Reflexão e Crítica**. 10(2), p. 379-394, 1998.

GALINKIN, Lúcia A. **Velhas e novas violências contra a mulher**. Disponível em: <www.prt18.mpt.gov.br/eventos/2007/mulher/anais/artigos/ana_lucia.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2008.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GREGORI, Maria Filomena. **Cenas e queixas**. Um estudo sobre mulheres, relações violentas e práticas feministas. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1993, 218 p.

IZUMINO, Wania Pazinato. **Justiça e violência contra a mulher: o papel do sistema judiciário na solução de conflitos de gênero**. São Paulo: Anna Blume, FAPESP, 1998.

LAKATOS, E.M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2003.

LEI 11.340/2006. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20042006/2006/Lei/L11340.htm - 55k>. Acesso em: 27 out. 2008.

LUFT, C. P. **Mini Dicionário Luft**. 5. ed. São Paulo: Ática/Scipione, s/d.

MARTELLI, Stefano. **A religião na sociedade pós-moderna**. São Paulo: Paulus, 1995.

MINAYO, M. C. de S. et al. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

MONTEIRO, Washington de Barros. **Curso de Direito Civil**. 40 ed. v.1. São Paulo: Saraiva, 2005.

NEGREIROS, Teresa Creusa de Góes Monteiro e FERES-CARNEIRO, Terezinha. **Masculino e feminino na família contemporânea**. *Estud. pesqui. psicol.* [online]. jun. 2004, vol.4, no.1 [citado 28 Outubro 2008], p.0-0. Disponível em: <www.cpfcultura.com.br/revista_1er.aspx?Revista_Categoria_ID=1&arquivo_ID=350 - 42k ->. Acesso em 20 out. 2008.

PAZO, Concepcion Gandara, AGUIAR de A. C. **Dados e sentidos: análise dos relatos de um serviço telefônico anônimo de atendimento a mulheres nas áreas de violência e direitos**. ST 35 - Violência de Gênero e saúde da mulher, ago.2008. Disponível em: <www.fazendogenero8.ufsc.br/sts/ST35/Pazo-Aguiar_35.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2008.

PEDRO, Joana Maria; GROSSI, Miriam Pillar. **Série Ensaios**. FUNCK, Susana B.; MUZART, Zahidé L. (Rev.). Florianópolis: Paraula, 1998.

RUIZ, João Álvaro. **Metodologia científica: guia para eficiências nos estudos**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

SAFFIOTI, H. I.B.; ALMEIDA, S. **Brasil: violência, poder, impunidade.** In: CAMACHO, T. (Org.) Ensaio sobre violência. Vitória: EDUFES, 2003. p. 85-114.

SAFFIOTI, H.I.B. **No fio da navalha: violência contra crianças e adolescentes no Brasil atual.** In: MADEIRA, F.R (Org.). Quem mandou nascer mulher? Estudos sobre crianças e adolescentes no Brasil. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1997. p. 133-169.

_____. **O Estatuto teórico da violência de gênero.** In: SANTOS, J.V.T. dos (Org.) Violência no tempo da globalização. São Paulo: Hucitec, 1999. p. 145-163.

SANTOS, Maria de Fátima Franco dos. **Violência sexual contra a mulher cometida por agressor desconhecido da vítima.** Campinas, SP: Alínea, 1997.

SAWAIA, Bader (Org.). **As artimanhas da exclusão:** análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Vozes, 1999.

SCHRAIBER, L. B., D'OLIVEIRA, A.F.L.P. **Violência contra mulheres:** Interfaces com a Saúde, Interface_Comunicação, Saúde, Educação, v. 3, n.5, ago.1999. Disponível em: <www.interface.org.br/revista5/ensaio1.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2008.

SCOTT, J. **Gênero:** uma categoria útil para a análise histórica. Educ. e Realid. V. 20, n.2, 1995.

SEO, Khallin Tiemi. **Principais fatores desencadeantes de relacionamento conjugal.** Revista Científica Eletrônica de Psicologia: ISSN 1806-0625 - Publicação Científica da Faculdade de Ciências da Saúde de Garça/Fasu – Mantida Pela Associação Cultural e Educacional de Garça - Ano 3, n. 5, Nov. de 2005.

SILVA, Ilma Ribeiro. **Alcoolismo e abuso de substâncias psicoativas:** tratamento, prevenção e educação. São Paulo: Vetor, 2000.

SOARES, B. M. **Mulheres invisíveis: violência conjugal e as novas políticas de segurança.** Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 1999.

SORJ, B.; MONTERO, P. **SOS – Mulher e a luta contra violência.** In: FRANCHETTO, B.; CAVALCANTI, M.L.V.C.; HEILBORN, M.L. Perspectivas antropológicas da mulher. Rio de Janeiro: Zahar, 1984. p. 101-108.

SOUZA, Sérgio Ricardo. Comentários à lei de combate à violência contra a mulher. Curitiba: Juruá, 2007.

STREY, Marlene Neves (Org.). **Mulher, estudos de gênero**. São Leopoldo: Unisinos, 1997.

SUÁREZ, Mireya; BANDEIRA, Lourdes. **Violência, gênero e crime no Distrito Federal**. Brasília: Ed. UNB, 1999.

UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA. **Trabalhos acadêmicos na Unisul**: apresentação gráfica para TCC, monografia, dissertação e tese. Tubarão: Unisul, 2007.

VIANNA, Adriana; LACERDA, Paula. **Direitos e políticas sexuais no Brasil**: o panorama atual. Rio de Janeiro: Cepesc, 2004.

YNOUB, R. C. **Caracterización de los servicios de atención en violencia familiar del área metropolitana de Buenos Aires**, Argentina In: Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v.14, n.1, p 71-83, jan-mar 1998.

ZAMPIERI, Maria Aparecida Junqueira. **Codependência**: o transtorno e a intervenção em rede. São Paulo: Ágora, 2004.

ZANELLA, Andréa V.; et al. (Org.). **Psicologia e práticas sociais**. 19. ed. Porto Alegre: ABRAPSOSUL, 1997.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Roteiro de Entrevista Semi - Estruturada

Nome (fictício)

Idade.....

Escolaridade.....

Profissão.....

Religião.....

Profissão do marido.....

Idade do marido.....

Escolaridade do marido.....

Tempo de Relacionamento do casal.....

Vocês tem filhos?.....

- 1) Como se configura a rotina de vida de vocês?
- 2) Como foi a história de relacionamento de vocês?
 - Como se conheceram?
 - Como foi o namoro, quanto tempo namoraram?
 - E o casamento ?
- 3) O que significa estar casada para você?
- 4) Como era a qualidade do relacionamento de vocês?
 - Já existia violência desde o começo?
- 5) Há quanto tempo você vem sofrendo violência?
 - Há quanto tempo você percebeu que seu marido não era mais o mesmo?
- 6) Em que momentos acontece a situação de violência?
- 7) Com que frequência ela acontece?
- 8) Você relaciona a violência à algum tipo de dependência (drogas, álcool, remédios e outros)?
- 9) Na sua família ou na dele já existia algum histórico de violência?

- 10) Você já pensou ou pensa em se separar? Por que?
- 11) Como você define a relação de vocês? Existe algum motivo para continuar com a relação?
- 12) O que é violência para você?
- 13) O que significa ser violento para você?
- 14) Em que momentos você identifica a violência na relação conjugal?
- 15) O que é ser mulher para você?
- 16) O que é ser mãe para você?
- 17) Você acha que os seus filhos interferem na sua decisão em continuar com a relação judicial contra o seu companheiro?
- 18) Você se sente protegida por sua rede social (amigos, colegas de trabalho, parentes)?
- 19) Como você vê a justiça? Você se sente protegida com a Lei Maria da Penha? Porque?
- 20) Qual a sua expectativa ao recorrer a essa Lei?

APÊNDICE B - Categorização para objetivo específico 1 - Caracterizar o cenário da violência na relação conjugal

Categoria	Subcategoria	Unidade de Contexto Elementar (U. C. E.)	Frequência
Espaço e rotina da violência	Cotidiana	Duas vezes na semana, era mais no final de semana (Violeta). Não, não era sempre, uma vez no mês [...]” (Margarida).	2
	Pública	“[...] ele me agrediu e fez um escândalo lá no meu emprego né (Violeta). “[...] ele começa a me humilhar na frente de todo mundo, ele não respeita quem tá perto, quem não ta [...]”, “[...] ele me humilhou tanto assim, que eles ficaram apavorados [...]” (Margarida).	2
	Privada	“[...] ele me pegou a força, me deixou de cárcere privado e me deixou trancada lá[...]”, “[...] me deixou trancada, botou cadeira, botou geladeira na porta, trancou com martelo a janela, trancou tudo[...]”, “[...] eu fazia um monte de coisa, eu lavava, eu passava e pagava as contas, eu comprava comida, eu chegava do serviço, ele dizia que a comida tinha que ta pronta em 5 minutos (Rosa).	1
Rede de apoio	Rede familiar (continuidade e no processo judicial)	“[...] agora eu tô com o processo aí e assim, eu tenho que ir até o fim, porque ele não pode fazer isso com ninguém. Ele fez e não era pra ter feito [...]”, “[...] quero que essas pessoas que agridem mulheres que eles sejam presos, que paguem o que eles fizeram com elas, isso aí não têm justificativa. Sim, porque assim oh, depois eu namorei com um policial e ele me protegeu muito, daí a minha mãe ficava mais aliviada né [...]” (Rosa). Já denunciei ele na Maria da Penha, na delegacia, falei tudo pra depois levar pro juiz né, pra ver o que ele vai fazer, tô esperando a decisão da justiça, pra ver o que vai acontecer. Então agora eu não quero mais. É definitivo. A minha família me apóia a família dele não, eles acham assim que eles são os certos, a minha diz mesmo, Margarida não sei como é que tu aguentas isso, menina vai viver a tua vida, porque ele vai te matar guria [...]” (Margarida).	2

	Falta da rede familiar (desistência do processo judicial)	“[...] no meu caso eu pedi pra arquivar, porque eu sei que hoje ele não trabalha e que ele usa droga ainda, ele vende droga então ele vive disso, então como que eu vou processar uma pessoa dessa, pra depois ela vir a me agredir ou até me matar, então eu não quero continuar por causa disso, não quero continuar com esse assunto. “[...] quando foi pra gente se separar, a minha família ficou contra mim, só quem ficou do meu lado foi a minha mãe. Todos os meus irmãos ficaram contra mim e cada um ficava do lado dele. Falavam que eu era ruim, que se eu merecia que eu tinha que apanhar, porque eu trouxe ele e eu merecia tudo o que eu tava passando. Que eu tinha que sofrer pra aprender, que era uma escolha minha (Violeta).	1

APÊNDICE C - Categorização para objetivo específico 2 - Caracterizar a violência conjugal na perspectiva das mulheres perpetuada por seu cônjuge

Categoria	Subcategoria	Unidade de Contexto Elementar (U. C. E.)	Frequência
Tipo de violência	Física	<p>Aí ele começou a me dá um monte de chute, soco e falava: “agora tu vai tomar, agora tu vai apanhar”, me deu tanto, me deu tanto e me deixou caída lá no chão. Me deixou caída no chão, aí eu ganhei três pontos aqui na testa. “[...] dava um monte de soco na minha cara, dava soco, dava chute, dava tanto que a minha cara ficou bem deformada. (Rosa)</p> <p>“[...] foi quando ele me agrediu (faz um ano, né) (Violeta).</p> <p>Em mim ele já bateu, em mim já várias vezes, já registrei várias queixas [...]” (Margarida).</p>	3
	Psicológica (Desqualificação)	<p>“[...] ele me chamava de vagabunda), me xingava horrores [...]” (Rosa).</p> <p>“[...] violência de palavras também né, ele falava muitos palavrões né, então acho que já era um caso de violência né? “[...] sempre me xingava (Violeta).</p> <p>“[...] porque ele me ofende com muitas palavras muito fortes e ela dizia pra mim: “olha, uma palavra mal usada, dói mais que uma facada” e tu não conhece o meu pai direito, tu vai ver quem é o meu pai [...]”. Eu prefiro ganhar um soco dele, do que as palavras que ele me chama, ele me chama de tudo e eu me sinto muito ofendida porque eu não sou o que ele fala[...]”(Margarida).</p>	3
	Psicológica (Ameaça de morte)	<p>Eu levei um tiro na cabeça, ele tava no dia que eu sofri esse tiro, ele me ameaçou com a arma. Eu vi a imagem dele todo o tempo (por isso acho que isso tem a ver com ele) (Rosa).</p> <p>“[...] a última vez dia 21 agora terça feira de páscoa, ele queria me matar, ele tentou me matar, arrancou até um pedaço de madeira, assim do bercinho do nosso neto né [...]”, “[...] aí ele arrancou um varão do bercinho pra tentar me matar aí eu empurrei ele, daí ele caiu então assim e me deixou muito traumatizada [...]”, “[...] ele volta, já metendo os pés na</p>	2

		porta, já querendo me matar, me esganar (Margarida).	
Motivos atrelados à violência	Álcool	Quando ele bebia, ou senão ele cismava com alguma coisa só pra ter vontade de brigar comigo, ele bebia um monte, daí quando ele tava bem bêbado ele vinha pra cima de mim (Rosa). Quando ele precisava de dinheiro pra sair, pra beber [...]” (Violeta). “[...] pelo jeito assim eu acho que é porque eu digo assim: “eu não vou”, aí ele vai e quando ele volta, volta super bêbado, já metendo os pés na porta, já querendo me matar, me esgana, agora quando ele bebe perde as estribeiras (Margarida).	3
	Drogas	Eu acho que usava, porque me falavam que ele tava cheirando e ele também vendia, ele tava vendendo, ele tava no tráfico (Rosa). Ele usava droga né, então aí ele não deixava ninguém chegar perto de mim e nem entrar na minha casa, só a minha mãe ele deixava (Violeta).	2
	Ciúme	“[...] só que ele tinha um ciúme doentio né, ele não deixava eu ter amigos, aí a minha família não podia entrar dentro da minha casa, ele insultava a minha mãe, ele era muito ciumento (Violeta).	1
Sentido da violência	Atrelado ao sofrimento	Pra mim é a pior coisa que tem, pra mim é a pior coisa que tem principalmente assim o marido com a mulher, o marido com os filhos. Eu acho assim, pra mim é a pior parte assim comigo, assim a coisa mais errada pra mim é isso aí, violência, não tem coisa pior (Margarida).	1

APÊNDICE D - Categorização para objetivo 3 - Identificar o significado de relação conjugal para mulheres que vivem em situação de violência

Categoria	Subcategoria	Unidade de Contexto Elementar (U.C.E.)	Frequência
Casamento	Atrelado a idéia de convivência e companheirismo	<p>Estar casada é ter amizade, pra mim assim é não ter violência dentro de casa, tudo tem que ter conversa, eu conversava um monte com ele, mas não adiantava, ele falava só palavrão [...]” (Rosa).</p> <p>É morar junto com a pessoa, é a convivência, é companheirismo, acho que tudo envolve né (Violeta).</p>	2
	Religiosidade	“[...] a família se mete porque a minha família é do sítio né e o casamento pra eles é Deus no céu e o casamento na terra (Margarida).	1
	Financeiro	“[...] só queria ficar o dia inteiro em casa e eu ralando, agente pagava aluguel e eu é que pagava tudo, ele não ajudava em nada (Violeta).	1
Crença na mudança do companheiro	Reincidência da violência	<p>“[...] eu sofria um monte na mão dele, ele falava ah, eu vou melhorar, daí ele não melhorava e sempre me batia, ah, eu vou melhorar por causa do meu filho, daí né como eu amava ele eu ficava. Ele já tinha um histórico, mais assim oh, como eu era menor, não sei o que, ele dizia que isso não ia mais acontecer. Mas eu fui morar com ele e aconteceu comigo (Rosa).</p> <p>“[...] ele ficou assim meio ano, assim normal sabe, sem me bater, aí ele viu que eu não fiz mais nada, aí começou tudo de novo. Sabe não é a primeira vez que ele dá um tempo e volta tudo de novo (Margarida).</p>	2
Ser mulher	Atrelado ao sofrimento	<p>É tudo, eu amo, eu gosto muito de ser mulher, mas assim oh, tem essas partes que a gente faz tanto e sofre né, uma hora eu não quero ser mulher porque a gente sofre tanto né. Eu me acho uma guerreira, tudo o que eu passei, agora eu tô aqui viva, tô forte né, eu me sinto uma pessoa forte pra dá um fim nisso [...]” (Rosa).</p> <p>“[...] mulher apesar de que ela sofre mais né, trabalha mais né, não é só no emprego, tem a casa, tem tudo né [...]” (Margarida).</p>	2

	Atrelada aos direitos	Pra mim ser mulher é uma coisa maravilhosa, porque agente tem muitos direitos, a gente gosta de se vestir, a gente gosta de sair, gosta de viver bem [...]" (Violeta).	1
	Atrelada à maternidade	<p>"[...] o meu filho é meu amigo, ele me dá carinho. Eu não preciso nem arrumar namorado, agora eu não tenho, meu filho me dá carinho. Conversa mãe porque tu tá assim? É uma maravilha, é um amigo, meu filho é tudo pra mim (Rosa).</p> <p>Ah, eu acho bonito ser mulher, eu gosto de ser mulher, a gente tem os filhos da gente, tem a casa da gente assim, eu prefiro, se eu voltar em outra encarnação eu queria voltar mulher de novo[...]". Ser mãe é uma experiência ótima, meus filhos nunca me incomodaram né, nunca deram desgosto, apesar de ter um pai assim como eles tem né, nunca tiveram vícios, eles não fumam, eles trabalham, não são mau criados nada, é ótimo, procura ser que tu vai gostar (Margarida).</p>	2
Existência do projeto de conjugalidade	Atrelado ao respeito na relação conjugal	"[...] num relacionamento acho que tem que ter um respeito mútuo pra que a gente conviva bem né, acho que a partir do momento que perde o respeito entre o casal é que aí é mais fácil pra partir pra violência, pra violência física, né (Violeta).	1
Violência como impedimento do projeto conjugal		<p>No começo nossa, eu queria engravidar, né, mas eu via que a gente não tinha nada dentro de casa e não tinha como criar, aí quando eu via a forma que ele tava mudando sendo violento comigo, eu ficava pensando, não, não é isso que eu quero[...])" (Violeta).</p> <p>Não, no começo foi tudo maravilha, porque nós não morava totalmente junto né, depois que nós começamos a morar junto, é que eu conheci ele né, que ele era uma pessoa violenta né, porque eu não sabia que ele era assim. No momento assim, eu não penso em voltar, eu não quero mais voltar, eu não quero passar por tudo de novo[...]". Ah, se eu pudesse voltar o meu tempo atrás nunca mais, acho que quando eu me livrar dele homem na minha vida nunca mais, do portão pra dentro não, não vou dizer que eu não vou dá uma volta, sair né, me divertir um</p>	2

		pouquinho, agora do portão pra dentro homem nunca mais. Estar casada pra mim ficou assim oh, eu to muito traumatizada [...]”(Margarida).	
--	--	--	--

ANEXOS

ANEXO A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



UNISUL UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA COMISSÃO DE ÉTICA EM PESQUISA- CEP UNISUL

Eu....., declaro que estou de acordo em participar da entrevista feita por Michelli Garcia Santos, estudante do Curso de Psicologia da Unisul, para o desenvolvimento do projeto pesquisa de TCC em Psicologia que pretende pesquisar a **violência conjugal**, sob orientação da Prof^a Regina Ingrid Bragagnolo.Msc.

O objetivo da pesquisa é estudar o assunto violência contra a mulher relacionando-o com o casamento e/ou conjugalidade, mas especificamente descrever a concepção de violência e conjugalidade para mulheres que viveram situações de violência conjugal.

O único procedimento adotado para a coleta dos dados será a entrevista semi-estruturada, ou seja, seguirá um roteiro que será o mesmo para todas as participantes da pesquisa e constará vinte perguntas.

A entrevista será realizada no fórum de São José, na sala do serviço de mediação familiar e será necessária somente uma sessão de entrevista não sendo obrigatório responder todas as perguntas. Para evitar constrangimentos desnecessários, estará presente na sala somente a aluna pesquisadora. Por se tratar de um assunto que gera um certo constrangimento a entrevista se necessário poderá ser interrompida. Para tanto se isso vier a acontecer será disponibilizado um acolhimento psicológico por parte da entrevistadora como forma de amparo à situação exposta. Como a entrevista será semi-estruturada, permite-se fazer adaptações no roteiro caso seja necessário.

Declaro que tenho conhecimento que os dados fornecidos por mim para a pesquisa serão gravados para que possam ser transcritos posteriormente e que não possuirá remuneração. Sendo assim, concordo que as informações obtidas possam ser publicadas em aulas, congressos, eventos, palestras ou periódicos científicos. Porém, a minha pessoa não deve ser identificada, tanto quanto possível, por nome ou qualquer outra forma. As gravações ficarão sob a propriedade e guarda da pesquisadora e /ou grupo de pesquisadores pertinentes ao estudo. Declaro, portanto que fui informada sobre todos os procedimentos da pesquisa e

que recebi de forma clara e objetiva todas as explicações pertinentes ao projeto e que toda informação dada aqui a meu respeito, serão sigilosas. Declaro também que posso me retirar da pesquisa a qualquer momento.

Nome por extenso: _____

RG: _____

Local e data: _____

Assinatura _____

PESSOAS PARA CONTATO:

PESQUISADOR RESPONSÁVEL:

Regina Ingrid Bragagnolo

ALUNA RESPONSÁVEL:

Michelli G. Santos

NÚMERO DO TELEFONE:

(48) 8427-5751

NÚMERO DO TELEFONE:

(48) 8403-3749

ENDEREÇO ELETRÔNICO:

reginaingrid@gmail.com

ENDEREÇO ELETRÔNICO:

michelligsantos@hotmail.com

ANEXO B – Projeto de Mediação Familiar – Fórum de São José



UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA - UNISUL
 CAMPUS GRANDE FLORIANÓPOLIS
 CURSO DE PSICOLOGIA
 Núcleo da Saúde

PROJETO DE MEDIAÇÃO FAMILIAR – FÓRUM DE SÃO JOSÉ

1. O que é a Mediação Familiar?

A mediação familiar é proposta como uma alternativa à resolução de conflitos. Nesse processo os interessados solicitam ou aceitam a intervenção confidencial de uma terceira pessoa, imparcial e qualificada, permitindo aos conflitantes tomar decisões por si e encontrar uma solução duradoura e mutuamente aceitável, que contribuirá para a reorganização da vida pessoal e familiar. A mediação tem sido contemplada na bibliografia em duas perspectivas: acordista e transformadora. Na mediação acordista, o principal objetivo é o acordo. Na direção da resolução problema, o mediador é mais ativo, conduzindo o processo e dirigindo a discussão para a realização do acordo. Na mediação transformadora, o desafio do mediador é trabalhar o conflito, buscando o fortalecimento das partes, o reconhecimento e o relacionamento entre as partes, buscando a restituição do poder decisória às partes, procurando mudar a visão sobre as formas de avaliar a situação geradora do conflito. No projeto de Mediação Familiar, buscamos implementar a perspectiva transformadora.

2. Objetivo Geral:

Realizar, articulado com Programa de Mediação Familiar do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina e Serviço de Mediação Familiar do Fórum de Justiça da Comarca de São José/SC, intervenções em mediação familiar, possibilitando o desenvolvimento de habilidades e competências aos alunos do curso de psicologia da Unisul para atuar nessa nova área que se apresenta como possibilidade de inserção profissional do psicólogo.

2.1. Objetivos Específicos:

- Favorecer o desenvolvimento de habilidades e competências profissionais em situação concreta, qualificando o aluno para o exercício profissional.
- Realizar triagens no serviço de mediação familiar do Fórum de Justiça da Comarca de São José
- Preparar estudantes de Psicologia para a atividade de mediação familiar.
- Estabelecer parcerias na prestação de serviços com instituições de atendimento à população.
- Desenvolver métodos e técnicas de intervenção em mediação familiar.
- Possibilitar aos moradores da Comarca de São José acesso a justiça rápida e gratuita.

3. Como acontece?

O Serviço de Mediação Familiar, implantado no Fórum de São José vem sendo desenvolvido desde o ano de 2004, nesse período já atendeu em torno de 3300 pessoas. São moradores do município de São José que buscam informação e acolhimento para situações que envolvem conflitos familiares e demandas da Vara de Família (separação judicial, divórcio, dissolução de união estável, guarda, alimentos, visitas), na sua maioria buscam interferência judicial para a busca de solução das diferenças colocadas na relação e não encontram formas de equacioná-las. Para essa demanda, o sistema de

justiça tem implantado em todo o País, serviços de mediação e conciliação, que são formas não adversariais de resolução de conflitos. A partir da oferta desses serviços, alguns profissionais têm sido identificados como os mais preparados para desenvolvê-los: advogados, assistentes sociais e psicólogos. A compreensão de que estes profissionais são os mais habilitados decorre da própria definição de mediação familiar, entendida como uma forma de resolução de conflitos, na qual as partes interessadas solicitam ou aceitam a intervenção confidencial de uma terceira pessoa, imparcial e qualificada, permitindo aos conflitantes tomar decisões por si e encontrar uma solução duradoura e mutuamente aceitável, que contribuirá para a reorganização da vida pessoal e familiar. O projeto relaciona-se à política de acesso e agilização da justiça nas Varas de Família do Estado de Santa Catarina.

4. Atividades desenvolvidas pelo grupo de mediação Familiar que contemplam a integração prevista no projeto Pedagógico?

a. TRIAGEM: ¹

Realização de entrevista de triagem com o requerente, que se caracteriza na parte que traz o conflito à Justiça. Nessa primeira entrevista busca-se a contextualização da situação familiar, através da identificação de alguns elementos que são descritos pelos requerentes como problemáticos e que podem vir a caracterizar o conflito, o responsável pela triagem presta esclarecimentos acerca dos critérios do programa e do processo de mediação familiar e, se houver aceitação e os critérios objetivos de ingresso no programa forem contemplados, agenda-se o primeiro encontro, chamado de pré-mediação. O requerente fica encarregado de entregar o convite a outra parte.

b. PRIMEIRO ENCONTRO - PRÉ-MEDIAÇÃO:

Nesse primeiro encontro o mediador esclarece com as partes como são os procedimentos e as regras da mediação familiar (não é possível mediação sem a concordância de ambas as partes em participar), informa a eles a possibilidade do aceite e as alternativas possíveis no Fórum de São José, caso não aceitem fazer Mediação. Recebendo o aceite das partes, é solicitado que relatem a situação vivida, os motivos do impasse e as possibilidades de resolução que propõem. Marca-se o próximo encontro.

c. ENCONTROS DE MEDIAÇÃO:

Os encontros têm duração de aproximadamente 1 hora, são realizados em periodicidade estipulada de acordo com processo, são realizado no mínimo dois encontros com as partes, o objetivo é resgatar o poder decisório das partes, clarear metas e interesse, restituir a possibilidade de controle da situação. O mediador, na medida em que vão se sucedendo os encontros, constrói e testa hipóteses em relação ao processo de instalação do conflito procurando promover a transformação da visão sobre as formas de avaliar a situação geradora do conflito, a realização do acordo é uma consequência desse processo. A Mediação realizada em até 6 encontros. As mediações são necessariamente realizadas com uma dupla de estagiários diferentes daqueles que realizaram a triagem. Caso o acordo não seja possível,

¹ Mudanças previstas no projeto original baseadas na análise e desenvolvimento das atividades, bem como nas demandas apresentadas → Desafios para o projeto: Triagem realizadas em até 03 encontros assim distribuídos:

1º. Encontro: registro da queixa por parte de um dos interessados;

2º. Encontro: entrevistas individuais com a dupla de estagiários que realizou a triagem;

3º. Encontro: somente se necessário;

as partes são encaminhadas ao programa de assistência judiciária gratuita no próprio Fórum. Se realizado o acordo, este é transformado em petição por advogado do Programa, agendada audiência com o Juiz da Vara de Família, que homologa a decisão das partes. Quanto às técnicas, o mediador, procura motivar as partes a ampliarem sua comunicação na direção da resolução do conflito, para que tomem para si a tarefa de decisão sobre filhos, bens e visitas no processo de conflitos familiares, caracterizados por demandas à Vara de família.

5. Perfil da população atendida pelo projeto:

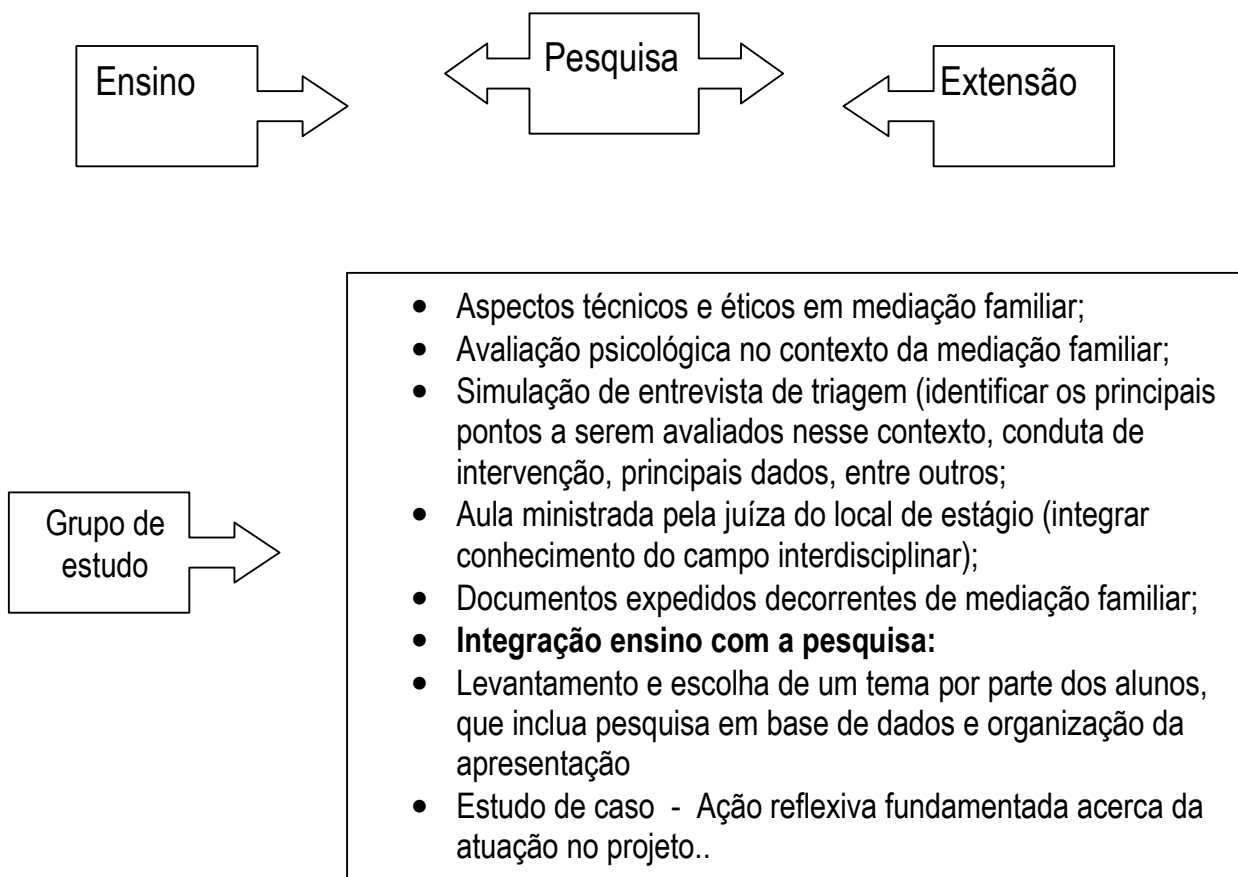
- ✓ Homens e mulheres que procuram o serviço de mediação no Fórum de São José; moradores da Comarca de São José com renda de até cinco salários mínimos.
- ✓ Critérios observados: possibilidade da outra parte aceitar conversar sobre a situação conflituosa, e situações familiares que não envolvam episódios de violência doméstica

6. Estratégias de sustentabilidade

a) Financeira: O projeto mediação familiar já vem sendo desenvolvido no Fórum da Comarca de São José desde o ano de 2004 e faz parte de um programa do TJSC desde 2002, já é de conhecimento da comunidade onde se operacionaliza e trabalha com financiamento do poder Judiciário.

b) Técnica: A sustentabilidade técnica será garantida pela presença de psicólogos orientadores contratados pela UNISUL no campo de estágio, pelos profissionais que integram o projeto e pelo debate reflexivo do grupo de estudo:

Integração prevista no Projeto Pedagógico do Curso de Psicologia:



7. Pesquisas desenvolvidas:

Ana Paula Leão Batista Vinhas - “Direito ou dever: um estudo sobre as dimensões da maternidade” - Orientador : Leandro Castro Oltramari

Ana Trevisan - ” ‘Não é tarde para separar?’ As representações sociais da separação conjugal para homens e mulheres na meia-idade” - Orientador :Leandro Castro Oltramari

Anna Kuerten de Salles - “Até que o amor nos separe: representações sociais do amor para homens e mulheres em processo de separação conjugal” – Orientador::Leandro Castro Oltramari

Camila Gonçalves Gomes - “Influências de gênero na determinação da guarda judicial” – Orientador: Leandro Castro Oltramari

Caroline Schmidt - “A homoafetividade para mediadores familiares: representações sociais psicológicas e jurídicas” - Orientador :Leandro Castro Oltramari

Daniela Ferreira Roland - “Alcoolismo e co-dependência: a interferência do alcoolismo na dissolução da relação conjugal” – Orientador: Leandro Castro Oltramari

Fabício Antônio Raupp - “Pode haver término na relação conjugal mas a parental é para sempre: um estudo sobre a guarda compartilhada” – Orientador: Leandro Castro Oltramari

Juliana Belli Vieira - “E quando juntam as escovas de dente: um estudo sobre a conjugalidade” – Orientador: Leandro Castro Oltramari

Luiza Bittencourt Correa Mendes - “Mas mãe, eu posso amar meu pai ainda?: a percepção de mães e pais a respeito das conseqüências do divórcio para seus filhos infantes” - Orientador Leandro Castro Oltramari

Moema Pinheiro Nolasco - “A influência da separação conjugal sobre a formação da identidade dos filhos adolescentes” – Orientador: Leandro Castro Oltramari

Raquel Luza - “A busca pela manutenção da Parentalidade: um estudo sobre a guarda compartilhada” - Orientador : Leandro Castro Oltramari

Sheila Siqueira Souza - “Os escolhidos: um estudo das identidades de gênero de homens que requerem a guarda de seus filhos no serviço de mediação familiar” – Orientador: Leandro Castro Oltramari

Tays Nunes Slavieiro - “Entre o divã e a tribuna” – Orientador: Leandro Castro Oltramari

7.1. Pesquisas em andamento

Ana Paula Farias – As representação sociais de operadores do direito quanto a adoção de crianças por casais homoafetivos;

Fabiola Niria Vicente – Um estudo sobre os textos de auto ajuda e o conceito de infidelidade.

Julia Pieczarcka Vieira – A representações sociais do ciúme para casais em processos de mediação familiar

Luiz Henrique V. Teixeira - A vida sexual de homens e mulheres e o desencadeamento do processo de separação: Um estudo sobre o sentido atribuído por homens e mulheres em separação à sua vida sexual durante a relação.

Flavia C. Machado – Tríade: as implicações da chegada do primeiro filho no processo de separação dos casais.

Francisco Herbênio Sousa dos Santos – E quando termina o sonho: um estudo sobre as motivações dos homens nos processos de separação.

Michelli Garcia Santos – Casando com a violência: Mulheres em situação de violência no cenário conjugal. Priscila Netto de Campos da Silva – Percepção do requerente sobre o processo de mediação familiar após a homologação do acordo.

Débora Gomes Marques -

Ana Paula Ramos -

8. Resultados e avaliação:

- Número de alunos envolvidos no projeto desde 2006: 26 alunos (13 extensionistas e 13 estagiários)
- Número de docentes envolvidos no projeto: 4
- Número de externos envolvidos no projeto: 26¹
- Total de público externo atingido (comunidade) desde 2006: 1050 pessoas.

9. Equipe

Professores	Estagiários
Deise Maria do Nascimento	Ana Paula Farias:
Leandro Castro Oltramari	Ana Paula O. Ramos
Regina Ingrid Bragagnolo	Débora Marques Gomes
Saidy Karolin Maciel	Fabiola Niria Vicente
	Flávia Machado
	Francisco Herbenio Sousa Santos
	Julia P. Vieira
	Luis Henrique V. Teixeira
	Michelli G Santos
	Priscila Neto Silva

¹ 25 advogados inscritos na lista de plantão; 1 Juíza titular da Vara de Família

10. Bibliografia

ÁVILA, E.M.; **Mediação Familiar Formação de Base**, Divisão Artes gráficas-TJSC-Floianópolis-SC, Julho 2000.

AHRONS, C.R.; **DIVÓRCIO – Como Manter a Família Unida Quando o Casamento Acaba**, Ed. Objetiva Ltda, Rio de Janeiro, 1995.

BERGER, P.L.; LUCKMANN, T. **A Construção Social da Realidade**, Editora Vozes Petrópolis-RJ. 16ª Ed. 1998.

IMBER-BLACK, E.; Et al. **Os Segredos na Família e na Terapia Familiar**, Artes Médicas, Porto Alegre, 1994.

CRUZ, R.M.; MACIEL, S.K.; RAMIREZ, D.C. **O trabalho do psicólogo no campo Jurídico**. Casa do Psicólogo, São Paulo. 2005.

D'INCAO, M.A.; **Amor, casamento, separação a falência de um mito**, in Neto, Mindlin, Porchat, Muskat, Taube, D'Incao, Gomes e Lamano. Ed. Brasilense. 1ª Ed. 1992. S.P.

FAVARETTO, J.T. (et al). **Projeto Integrado de Intervenção em Psicologia Jurídico**, Florianópolis, 2002.

FREIRE, P.; **Pedagogia do Oprimido**, Editora Paz e Terra S/A São Paulo. 28ª Ed. 1970.

GOMES, P.B.; **Separação-contigência do casamento**, in Neto, Mindlin, Porchat, Muskat, Taube, D'Incao, Gomes e Lamano. Ed. Brasilense. 1ª Ed. 1992. S.P.

HAYNES, J.M.; MARODIN, M.; **Fundamentos da Mediação Familiar**, Ed. Artes Médicas, Porto Alegre, 1996.

MOORE, C.W. **O Processo de Mediação**, Editora Artmed Porto Alegre. 2ª Ed. 1998.

SANTA CATARINA, SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA. Diretoria de Proteção à Criança e ao Adolescente. Estatuto da Criança e do Adolescente – Florianópolis: SJC, 2001.

SERPA, M.N.; **Mediação de Família**, Livraria del Rey Editora Ltda, 1998.

SCHNITMAN, D.F.; LITTLEJOHN, S.; **Novos Caminhos Em Mediação**, Editora Artmed Porto Alegre, 1999.

TAUBE, M. J. de M.; **Aliança Partida ou a dor da separação conjugal nas camadas populares**, in Neto, Mindlin, Porchat, Muskat, Taube, D'Incao, Gomes e Lamano. Ed. Brasilense. 1ª Ed. 1992. S.P.

VAINER, R.; **Anatomia de um Divórcio Interminável**, Casa do Psicólogo Livraria e Editora Ltda, São Paulo, 1999.

VEZZULLA, J.C.; **Mediação: Teoria e Prática Guia para Utilizadores Profissionais**, Agora Publicações Ltda, 2001.